

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS
EDITAL Nº 1 – MPC/SC – PROCURADOR DE CONTAS, DE 28 DE JUNHO DE 2022**

A Procuradora-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, *caput*, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, c/c o artigo 7º, VIII e X, do Regimento Interno instituído pela Portaria MPC nº 48/2018, de 31 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no art. 130 da Constituição Federal de 1988, na Lei Estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, na Resolução CNMP nº 14, de 6 de novembro de 2006, na Resolução CNMP nº 40 de 26 de maio de 2009, com a redação dada pela Resolução CNMP nº 188, de 4 de maio de 2018, e na Resolução CNMP nº 219, de 6 de novembro de 2020, e suas alterações, torna pública a realização de concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Procurador de Contas do MPC/SC, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases de sua realização.

1.2 A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá as seguintes fases:

- a) inscrição preliminar, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
- b) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
- c) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
- d) inscrição definitiva, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebbraspe, que será composta ainda de:
 - d.1) exame de higidez física e mental, de caráter eliminatório, de responsabilidade do MPC/SC, com apoio do Cebbraspe;
 - d.2) investigação de vida pregressa e social, de caráter eliminatório, de responsabilidade do MPC/SC;
- e) prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe;
- f) avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do Cebbraspe.

1.3 Todas as fases, para todos os(as) candidato(as), a avaliação biopsicossocial dos(as) candidato(as) que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(as) candidato(as) negros(as) serão realizadas na cidade de Florianópolis/SC.

1.3.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados na cidade de Florianópolis para realização das provas, estas poderão ser realizadas, também, em municípios vizinhos.

1.4 Os(as) candidato(as) nomeados(as) estarão, especialmente, subordinados(as) à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina

(Lei Estadual nº 6.745/1985, e alterações), e à Lei Orgânica do Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual nº 202/2000, e alterações).

1.5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA

1.5.1 Qualquer cidadão poderá impugnar fundamentadamente este edital, por meio do endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, em *link* específico, no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

1.5.1.1 A impugnação é o ato ou efeito de impugnar, ou seja, de contestar, de contrariar ou de opor-se, fundamentadamente, ao disposto neste edital.

1.5.1.1.1 O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem que será objeto de sua impugnação.

1.5.2 Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico do Cebraspe, caso não seja cadastrado.

1.5.3 Da decisão sobre a impugnação, não caberá recurso administrativo.

1.5.4 As respostas às impugnações serão disponibilizadas em um único arquivo no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

2 DO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharelado em Direito em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e comprovação de exercício por três anos, no mínimo, de atividade jurídica, conforme descrito no subitem 3.11 deste edital, desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, na forma definida nos artigos 1º e 2º da Resolução CNMP nº 40, de 26 de maio de 2009, e na Resolução CNMP nº 57, de 27 de abril de 2010, e suas alterações.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: 2 DO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharelado em Direito em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e comprovação de exercício por três anos, no mínimo, de atividade jurídica, conforme descrito no subitem 3.11 deste edital, desempenhada, exclusivamente, após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, na forma definida nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 40/2009 e na Resolução nº 57, de 27 de abril de 2010, e suas alterações, do Conselho Nacional do Ministério Público.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: oficial nos feitos da competência institucional do Ministério Público de Contas, ressalvados aqueles privativos do Procurador-Geral, nos quais intervirão somente quando, por ele, houver delegação; atuar junto às Câmaras do Tribunal de Contas e ao Tribunal Pleno, neste caso quando designado, cabendo-lhes exercer, na sua plenitude, as atribuições afetas ao Ministério Público de Contas; participar, obrigatoriamente, das sessões da Câmara em que atuar e das sessões do Tribunal Pleno, em substituição legal ao Procurador-Geral ou por delegação; integrar o Colégio de Procuradores; interpor recursos das decisões ou acórdãos proferidos nos processos em que tenham oficiado; exercer inspeção sobre os processos vinculados a sua área de atuação; solicitar aos órgãos competentes do Tribunal de Contas informações complementares ou elucidativas que entender convenientes nos processos sujeitos a sua intervenção; requerer ao Presidente do Tribunal de Contas ou ao

Conselheiro Relator qualquer providência que lhes pareça indispensável à instrução do processo; denunciar quaisquer atos ou fatos que protelem a sua manifestação nos feitos, limitem sua independência ou criem restrições a sua atuação; expedir ofícios, notificações e requisições de documentos e informações no âmbito de suas atribuições, independentemente de tramitação inicial de processo ou de delegação do Procurador-Geral; instaurar procedimento de investigação preliminar, inquérito de contas, bem como outros procedimentos administrativos correlatos sobre matérias relativas às funções institucionais do Ministério Público de Contas, independentemente de tramitação inicial de processo ou de delegação do Procurador-Geral; produzir relatório anual de suas atividades, submetendo-o ao Conselho Superior, na forma do art. 14, parágrafo único, do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina; exercer quaisquer outras atribuições compatíveis com suas funções e com a natureza do cargo.

SUBSÍDIO: R\$ 32.004,65.

2.1 Além do subsídio, há a previsão de auxílio-alimentação, que corresponde a R\$ 1.836,74, e de auxílio-saúde de até R\$ 1.199,14.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ser aprovado(a) no concurso público.

3.2 Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado(a) pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

3.3 Estar em gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

3.5 Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.6 Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme o item 2 deste edital.

3.7 Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.

3.8 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

3.9 Ter idoneidade moral e boa conduta social e não apresentar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício do cargo.

3.10 Apresentar, no ato da posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

3.11 Considera-se atividade jurídica, desempenhada exclusivamente após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, conforme requisitos do item 2 deste edital:

a) o efetivo exercício de advocacia, inclusive voluntária, com a participação anual mínima em **cinco** atos privativos de advogado (Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994), em causas ou questões distintas;

b) o exercício de cargo, emprego ou função, inclusive de magistério superior, que exija a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos;

c) o exercício de função de conciliador em tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, assim como o exercício de mediação ou de arbitragem na composição de litígios, pelo período mínimo de 16 horas mensais e durante **um** ano;

d) o exercício, por bacharel em Direito, de serviço voluntário em órgãos públicos que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, pelo período mínimo de 16 horas mensais e durante **um** ano.

3.11.1 É vedada, para efeito de comprovação de atividade jurídica, a contagem de tempo de estágio ou de qualquer outra atividade anterior à conclusão do curso de bacharelado em Direito.

3.11.2 A comprovação do tempo de atividade jurídica relativa a cargos, empregos ou funções não privativas de bacharel em Direito e a serviços voluntários será realizada por meio da apresentação de certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, indicando as respectivas atribuições e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, cabendo à comissão de concurso analisar a pertinência do documento e reconhecer sua validade em decisão fundamentada.

3.12 Também serão considerados atividade jurídica, desde que integralmente concluídos com aprovação, os cursos de pós-graduação em Direito ministrados pelas Escolas do Ministério Público, da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os cursos de pós-graduação reconhecidos, autorizados ou supervisionados pelo MEC ou pelo órgão competente.

3.12.1 Os cursos referidos no subitem anterior deste edital deverão ter toda a carga horária cumprida após a conclusão do curso de bacharelado em Direito, não se admitindo, no cômputo da atividade jurídica, a concomitância de cursos nem de atividade jurídica de outra natureza.

3.12.2 Os cursos *lato sensu* compreendidos no subitem 3.12 deste edital deverão ter, no mínimo, um ano de duração e carga horária total de 360 horas-aula, distribuídas semanalmente.

3.12.3 Independente do tempo de duração superior, serão computados como prática jurídica:

- a) um ano para pós-graduação *lato sensu*;
- b) dois anos para Mestrado;
- c) três anos para Doutorado.

3.12.4 Os cursos de pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) que exigirem apresentação de trabalho monográfico final serão considerados integralmente concluídos na data da respectiva aprovação desse trabalho.

3.12.5 Os casos omissos serão decididos pela Comissão do Concurso.

3.13 A comprovação do período de três anos de atividade jurídica deverá ser feita no ato da inscrição definitiva do concurso.

3.14 O(a) candidato(a) deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado(a), deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da inscrição definitiva.

3.15 Cumprir as determinações deste edital.

4 DAS VAGAS

4.1 As vagas estão distribuídas conforme o quadro a seguir:

VAGAS			CADASTRO DE RESERVA		
Ampla concorrência	Pessoas com deficiência	Negros	Ampla concorrência	Pessoas com deficiência	Negros
2	*	*	6	1	2

*Não haverá reserva de vaga para pessoas com deficiência ou pessoas negras para provimento imediato, sendo mantido o cadastro de reserva.

4.1.1 A lotação dos cargos será em Florianópolis/SC.

5 DAS VAGAS DESTINADAS AOS(ÀS) CANDIDATO(AS) COM DEFICIÊNCIA

5.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade deste concurso, 10% serão providas por pessoas com deficiência de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal; na Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012, com as alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 240, de 28 de setembro de 2021, no art. 15, § 1º; na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e suas alterações; no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações; na Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004; na Lei Estadual nº 17.292, de 19 de outubro de 2017; no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.874, de 15 de dezembro de 2009; na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015; bem como na interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

5.1.1 Caso a aplicação do percentual descrito no subitem 5.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, nos termos do § 3º, do art. 15-A, da Resolução CNMP nº 81/2012, introduzido pela Resolução CNMP nº 240/2021, e do art. 1º, §3º, do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, respeitado o limite máximo de 10% das vagas ofertadas.

5.1.1.1 O percentual mínimo de reserva será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro de reserva.

5.1.1.2 As vagas reservadas às pessoas com deficiência poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver inscrição ou aprovação de candidatos com deficiência no concurso.

5.1.2 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem no § 1º do art. 2º da Resolução CNMP nº 81/2012; na Lei Estadual nº 12.870/2004; na Lei Estadual nº 17.292/2017; no art. 3º do Decreto Estadual n. 2.874/2009; no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e na Lei nº 13.977/2020 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.

5.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se com deficiência;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do laudo médico, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de publicação deste edital, que deve atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência. Deve, ainda, conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), na forma do subitem 5.2.1 deste edital e conforme modelo disponível no Anexo II deste edital.

5.2.1 O(a) candidato(a) com deficiência deverá enviar, **no período de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, via *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, imagem legível do laudo médico a que se refere o subitem 5.2 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração.

5.2.2 O envio da imagem legível do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada desse documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

5.2.3 O(a) candidato(a) deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório do documento constante do subitem 5.2 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o(a) candidato(a) deverá enviar o referido documento por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

5.2.4 A imagem do laudo médico terá validade somente para este concurso público e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.3 O(a) candidato(a) com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 7.4.9 deste edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, devendo indicar as condições de que necessita para a realização das provas.

5.3.1 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os(as) candidato(as) com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

5.4 A relação provisória dos(as) candidato(as) com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na data **provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

5.4.1 O(a) candidato(a) que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos(as) candidato(as) com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá observar os procedimentos estabelecidos na relação a que se refere o subitem 5.4 deste edital.

5.4.2 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

5.5 A inobservância do disposto no subitem 5.2 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos(as) candidato(as) com deficiência.

5.5.1 O(a) candidato(a) que não se declarar com deficiência no aplicativo de inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas aos(as) candidato(as) com deficiência. Apenas o envio do laudo médico não é suficiente para deferimento da solicitação do(a) candidato(a).

5.6 DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

5.6.1 O(a) candidato(a) com a inscrição deferida para concorrer como pessoa com deficiência, se não eliminado na prova discursiva e convocado(a) para a inscrição definitiva, será convocado(a) para se submeter à avaliação biopsicossocial promovida por equipe multiprofissional de responsabilidade do Cebraspe, formada por seis profissionais, que analisará a qualificação do(a) candidato(a) como pessoa com deficiência, nos termos da Lei Estadual nº 12.870/2004; da Lei Estadual nº 17.292/2017; do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.874/2009; do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, e suas alterações; dos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999; do § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012; e da Lei Federal nº 14.126/2021.

5.6.1.1 A avaliação biopsicossocial visa qualificar a deficiência do(a) candidato(a) e considerará:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades;
- d) a restrição de participação.

5.6.2 Os(as) candidato(as) deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com **uma hora** de antecedência, munidos(as) de documento de identidade original e de laudo médico, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de publicação deste edital, que deve atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência. Deve, ainda, conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no CRM, conforme modelo disponível no Anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

5.6.3 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Cebraspe por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial e não será devolvido em hipótese alguma.

5.6.4 Quando se tratar de deficiência auditiva, o(a) candidato(a) deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico — audiometria (original ou cópia autenticada em cartório), realizado, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de realização da avaliação.

5.6.5 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

5.6.6 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o(a) candidato(a) que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

- a) não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório);
 - b) apresentar laudo médico em período superior a 12 meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial;
 - c) deixar de cumprir as exigências de que tratam os subitens 5.6.4 e 5.6.5 deste edital;
- ou
- d) não for considerado(a) pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial.

5.6.7 Será desclassificado(a) e eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

- a) se retirar do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos da avaliação;
- b) não comparecer à avaliação biopsicossocial; ou
- c) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 16.10 deste edital.

5.6.8 O(a) candidato(a) que, no ato da inscrição, se declarar com deficiência e, na avaliação biopsicossocial, for considerado(a) pessoa com deficiência, e não for eliminado(a) do concurso, terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em lista única de classificação geral.

5.6.8.1 O(a) candidato(a) a uma vaga reservada que não tenha a sua deficiência reconhecida pela equipe multiprofissional e interdisciplinar do concurso público e que não tenha se beneficiado(a) de adaptação das provas, passará a disputar uma das vagas de ampla concorrência.

5.6.9 As vagas definidas no subitem 5.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos(as) com deficiência aprovados(as) serão preenchidas pelos demais candidatos(as), observada a ordem de classificação geral.

6 DAS VAGAS DESTINADAS AOS(ÀS) CANDIDATOS(AS) NEGROS(AS)

6.1 Das vagas destinadas ao cargo e, eventualmente, a critério da Administração Pública, das outras vagas que houver necessidade de preenchimento durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas por candidatos(as) que se autodeclararem negros(as), nos termos da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017.

6.1.1 Caso a aplicação do percentual estabelecido no subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 nos termos do art. 2º, §2º, da Resolução CNMP nº 170/2017, respeitado o limite máximo de 20% das vagas ofertadas.

6.2 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos(às) negros(as) e autodeclarar-se negro(a), conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.3 A autodeclaração do(a) candidato(a) goza da presunção relativa de veracidade e terá validade somente para este concurso público.

6.3.1 A autodeclaração do(a) candidato(a) será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação para condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as).

6.4 As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), na forma do art. 5º, § 2º, da Resolução CNMP nº 170/2017.

6.5 A relação provisória dos(as) candidatos(as) que se autodeclararam negros(as) com inscrição deferida, na forma da Resolução CNMP nº 170/2017, será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

6.5.1 O(A) candidato(a) que desejar desistir de concorrer às vagas reservadas aos(às) negros(as) deverá alterar a opção de concorrência, por meio de *link* disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, ininterruptamente. Após esse período, não serão aceitos pedidos de alteração de opção.

6.6 PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DECLARADA PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS(ÀS) CANDIDATOS(AS) NEGROS(AS)

6.6.1 Será convocado(a) para se submeter ao procedimento de heteroidentificação para verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) o(a) candidato(a) que se autodeclarou negro(a) não eliminado(a) na prova discursiva e convocado(a) para a inscrição definitiva.

6.6.2 Considera-se procedimento de heteroidentificação para verificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

6.6.3 Para o procedimento de heteroidentificação para verificação, o(a) candidato(a) que se autodeclarou negro(a) será convocado(a) para confirmar tal opção, mediante a assinatura de declaração nesse sentido, perante a Comissão Organizadora do concurso, que avaliará o(a) candidato(a), primordialmente, com base no fenótipo ou, subsidiariamente, em quaisquer outras informações que auxiliem a análise acerca de sua condição de pessoa negra.

6.6.3.1 A comissão de heteroidentificação para verificação será composta por cinco integrantes e seus suplentes, distribuídos por gênero e cor, cujos nomes não serão divulgados.

6.6.4 O procedimento de heteroidentificação para verificação será filmado pelo Cebraspe para fins de registro de avaliação para uso da comissão de verificação.

6.6.4.1 O(A) candidato(a) que se recusar a ser filmado durante o procedimento de heteroidentificação para verificação será eliminado(a) do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos(as) não habilitados(as).

6.6.5 O(A) candidato(a) não será considerado(a) enquadrado(a) na condição de negro(a) quando:

a) não comparecer ao procedimento de heteroidentificação para verificação;

b) não assinar a declaração; ou

c) por maioria, os integrantes da comissão considerarem que o(a) candidato(a) não atendeu à condição de pessoa negra.

6.6.5.1 As deliberações da comissão de heteroidentificação para verificação terão validade apenas para este concurso.

6.6.5.2 É vedado à comissão de heteroidentificação para verificação deliberar na presença dos(as) candidatos(as).

6.6.6 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

a) se recusar a ser filmado(a); ou

b) prestar declaração falsa.

6.6.6.1 Caso, por unanimidade, a comissão de heteroidentificação para verificação verifique a possibilidade de que o(a) candidato(a) tenha prestado declaração falsa, os documentos e informações referentes ao(à) referido(a) candidato(a) serão encaminhados às autoridades policiais competentes para apuração, juntamente com o parecer emitido pela comissão, que deverá conter a motivação desse encaminhamento, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6.6.6.1.1 Nos termos do parágrafo 7º do art. 5º da Resolução nº 170/2017, comprovando-se falsa a declaração, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso e, se houver sido nomeado(a), ficará sujeito(a) à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.6.6.2 As hipóteses de que tratam os subitens 6.6.6 e 6.6.6.1 deste edital não ensejam o dever de convocar suplementarmente candidatos(as) não convocados(as) para o procedimento de heteroidentificação para verificação.

6.6.7 Os(As) candidatos(as) negros(as) concorrerão concomitantemente às vagas a eles(as) reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.

6.6.7.1 Além das vagas de que trata o subitem 6.1 deste edital, os(as) candidatos(as) negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

6.6.7.2 Os(As) candidatos(as) negros(as) aprovados(as) dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos(as) negros(as).

6.6.7.3 Os(As) candidatos(as) negros(as) aprovados(as) para as vagas a eles(as) destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados(as)

concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

6.6.7.3.1 Na hipótese de que trata o subitem anterior, caso os(as) candidatos(as) não se manifestem previamente, serão nomeados(as) dentro das vagas destinadas aos(às) negros(as).

6.6.7.3.2 Na hipótese de o(a) candidato(a), aprovado(a) tanto na condição de negro(a) quanto na de deficiente, ser convocado(a) primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato(a) negro(a), ou optar por essa na hipótese do subitem 6.6.7.3 deste edital, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao servidor com deficiência.

6.6.8 Em caso de desistência de candidato(a) negro(a) aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) negro(a) posteriormente classificado(a).

6.6.8.1 Na hipótese de não haver candidatos(as) negros(as) aprovados(as) em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação no concurso.

6.6.8.2 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência e a candidatos(as) negros(as).

6.6.9 O edital de resultado provisório no procedimento de heteroidentificação para verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) será publicado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_servidor e terá a previsão de comissão recursal, que será composta de três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação para verificação, nos termos do respectivo edital.

6.6.9.1 Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração, terá interesse recursal o(a) candidato(a) por ela prejudicado.

6.6.9.2 Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento de heteroidentificação para verificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo(a) candidato(a).

6.6.9.3 Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

6.6.9.4 **O(A) candidato(a) cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação para verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) concorrerá somente às vagas destinadas à ampla concorrência, caso tenha nota suficiente para tanto.**

6.6.10 Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação para verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) constarão de edital específico de convocação para essa etapa.

7 DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES NO CONCURSO PÚBLICO

7.1 TAXA: **R\$ 375,00.**

7.2 Será admitida a inscrição preliminar somente via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, solicitada no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital.**

7.2.1 O Cebraspe não se responsabilizará por solicitação de inscrição preliminar não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou

entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7.2.1.1 O(a) candidato(a) deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição.

7.2.2 O(a) candidato(a) deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário.

7.2.3 O(a) candidato(a) deverá imprimir o boleto bancário, que será disponibilizado na página de acompanhamento do concurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, após efetuado o registro pelo banco.

7.2.3.1 O(a) candidato(a) poderá reimprimir o boleto bancário pela página de acompanhamento do concurso.

7.2.4 O boleto bancário pode ser pago em qualquer banco, bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecidos os critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

7.2.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até **o dia estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.2.6 As inscrições efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

7.3 O comprovante de inscrição preliminar do(a) candidato(a) estará disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, por meio da página de acompanhamento, após a aceitação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a obtenção desse documento. O comprovante de inscrição ficará disponível somente até a data de realização da prova objetiva.

7.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO PRELIMINAR NO CONCURSO PÚBLICO

7.4.1 Antes de realizar a solicitação de inscrição preliminar, o(a) candidato(a) deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.

7.4.1.1 No momento da inscrição preliminar, o(a) candidato(a) deverá declarar:

a) que é brasileiro(a);

b) que não incide em vedações legais que o impeçam de assumir cargos públicos;

c) que é bacharel(a) em Direito e que atenderá, até a data de inscrição definitiva, à exigência de três anos de atividade jurídica exercida exclusivamente após a obtenção do grau de bacharel em Direito;

d) que está ciente de que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado pelo MEC, e da comprovação da atividade jurídica, ambos no ato da inscrição definitiva, acarretará sua exclusão do concurso público;

e) que aceita as regras pertinentes ao concurso consignadas neste edital.

7.4.1.2 Somente será permitida uma inscrição preliminar por Cadastro de Pessoa Física (CPF). Não será permitido ao(a) candidato(a) realizar mais de uma inscrição.

7.4.1.3 Durante o período de inscrição preliminar, o(a) candidato(a) poderá realizar alteração de opção de atendimento especial/sistema de concorrência.

7.4.1.3.1 A alteração dos dados de que trata o subitem 7.4.1.3 deste edital será feita mediante uma nova solicitação de inscrição preliminar, que substituirá a última inscrição realizada.

7.4.1.3.2 Encerrado o período de inscrição preliminar, as inscrições preliminares realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

7.4.1.4 No momento da inscrição preliminar, o(a) candidato(a) deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

7.4.2 É vedada a inscrição preliminar condicional, a extemporânea, bem como a solicitada via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

7.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outro cargo.

7.4.4 Para efetuar a inscrição preliminar, o(a) candidato(a) deverá informar o número do seu CPF e enviar, via *upload*, fotografia individual, tirada nos últimos seis meses anteriores à data de publicação deste edital, em que necessariamente apareça a sua cabeça descoberta e os seus ombros.

7.4.4.1 O(a) candidato(a) deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição referentes ao procedimento de envio da fotografia.

7.4.4.1.1 O(a) candidato(a) cuja fotografia, por não obedecer às especificações constantes do subitem 7.4.4 deste edital, impeça ou dificulte a sua identificação durante a realização das provas, poderá, a critério do Cebraspe, ser submetido à identificação especial no dia de realização das provas.

7.4.4.1.1.1 O(a) candidato(a) que for submetido(a) à identificação especial poderá ser fotografado no dia de realização da prova objetiva.

7.4.4.1.2 O envio da fotografia é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do arquivo a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem o envio.

7.4.4.1.3 Os(as) candidato(as) deverão verificar, em *link* específico a ser divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, no período **estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, se a foto encaminhada obedeceu rigorosamente às instruções contidas no sistema de inscrição e, portanto, foi acatada. Caso não tenha sido reconhecida, o(a) candidato(a) poderá realizar, no período acima mencionado, novo envio de uma foto que atenda às determinações do sistema.

7.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o Cebraspe do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa, correta e verdadeira.

7.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição preliminar não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

7.4.6.1 A solicitação de eventual devolução do valor referente ao pagamento da taxa de inscrição deverá ser feita ao MPC/SC, por meio de seus canais de atendimento a serem,

oportunamente, divulgados no caso da ocorrência da exceção prevista no subitem 7.4.6 deste edital.

7.4.7 A relação provisória dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida será publicada no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* e divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.4.7.1 O(a) candidato(a) que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida deverá observar os procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

7.4.7.2 A relação final dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida será publicada no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* e divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.4.7.2.1 Após a divulgação da relação final dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida, é possível que qualquer cidadão possa representar contra os(as) candidato(as) inscritos, inclusive anonimamente, mediante oferecimento ou indicação de provas, por meio do endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, em *link* específico, conforme procedimentos disciplinados na respectiva relação final.

7.4.7.3 A inscrição preliminar deferida habilita o(a) candidato(a) à prestação da prova objetiva e implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas, das quais não poderá alegar desconhecimento.

7.4.7.4 O comprovante de inscrição preliminar ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado nos locais de realização da prova objetiva.

7.4.7.5 A anulação de inscrição deferida poderá ter por fundamento o resultado da investigação de vida pregressa social, não obstante o preenchimento dos requisitos exigidos, ou qualquer nova informação que assim o justifique, surgida a qualquer tempo antes da posse.

7.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

7.4.8.1 Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição somente para os(as) candidato(as) amparados(as) pela Lei Estadual nº 11.289, de 27 de dezembro de 1999, Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 17.457, de 10 de janeiro de 2018, pela Lei Estadual nº 17.480, de 15 de janeiro de 2018, e pela Lei Estadual nº 17.998, de 15 de setembro de 2020.

7.4.8.1.1 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), sob pena de não concessão, a correta indicação, no sistema de inscrição, da possibilidade de isenção que pretenda pleitear, bem como a correta apresentação da respectiva documentação.

7.4.8.2 Para solicitar a isenção de taxa de inscrição, os(as) candidato(as) amparados(as) na forma do subitem 7.4.8.1 deste edital deverão enviar, **no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, via *upload*, por meio de *link* específico, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, a imagem legível da documentação de que tratam os subitens 7.4.8.2.1 a 7.4.8.2.6 deste edital, conforme o caso em que se enquadra.

7.4.8.2.1 PRIMEIRA POSSIBILIDADE (candidato(a) cuja renda não ultrapassa dois salários mínimos, conforme a Lei Estadual nº 11.289/1999):

a) comprovante de renda; ou

b) cópia da Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS), especificamente das páginas de identificação pessoal e das anotações dos contratos de trabalho e atualizações salariais; e

c) declaração, firmada pelo(a) próprio(a) candidato(a), de que sua renda mensal não ultrapassa dois salários mínimos, conforme parágrafo único do art. 2º da Lei Estadual nº 11.289/1999.

7.4.8.2.1.1 A declaração a que se refere o item “b” deve estar assinada pelo(a) próprio(a) candidato(a), respondendo este(a) pela veracidade do seu conteúdo, sob as penas da lei.

7.4.8.2.1.2 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração, constantes das alíneas “a” e “b” do subitem anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do(a) candidato(a) deste concurso público, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

7.4.8.2.2 SEGUNDA POSSIBILIDADE (doador(a) de sangue, conforme a Lei Estadual nº 10.567/1997, e suas alterações): documento emitido por entidade credenciada pela União, Estado ou Município, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de sangue, discriminando, ainda, o número de vezes e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a três vezes anuais.

7.4.8.2.2.1 Nos termos da Lei Estadual nº 10.567/1997, e suas alterações, o documento comprobatório das doações feitas pelo(a) candidato(a) **deverá relacionar minuciosamente as atividades por ele(a) desenvolvidas**, e, ainda, **declarar que ele(a) se enquadra como beneficiário da referida lei.**

7.4.8.2.2.2 Será considerada como marco para contagem do período de um ano, a que se refere o subitem 7.4.8.2.2, a data de término do período de inscrição neste concurso.

7.4.8.2.3 TERCEIRA POSSIBILIDADE (doador(a) de medula óssea, conforme a Lei Estadual nº 10.567/1997, e suas alterações): documento comprobatório da efetiva doação de medula óssea emitido pela entidade coletora oficial ou credenciada pela União, Estado ou Município.

7.4.8.2.3.1 Nos termos da Lei Estadual nº 10.567/1997, e suas alterações, o documento comprobatório da doação feita pelo(a) candidato(a) **deverá relacionar minuciosamente as atividades por ele(a) desenvolvidas**, e, ainda, **declarar que ele(a) se enquadra como beneficiário(a) da referida lei.**

7.4.8.2.4 QUARTA POSSIBILIDADE (pessoa com deficiência, cuja renda não ultrapassa dois salários mínimos, conforme a Lei Estadual nº 17.480/2018):

a) laudo médico, expedido por especialista da área, emitido no máximo um ano antes da data de término do período de inscrição neste concurso, o qual deverá especificar a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código da CID-10; e

b) declaração, firmada pelo(a) próprio(a) candidato(a), de que sua renda mensal não ultrapassa dois salários mínimos, conforme o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 17.480/2018.

7.4.8.2.4.1 A declaração a que se refere o item “b” deve estar assinada pelo(a) próprio(a) candidato(a), respondendo este(a) pela veracidade do seu conteúdo, sob as penas da lei.

7.4.8.2.5 QUINTA POSSIBILIDADE (eleitores(as) convocados(as) e nomeados(as) pela Justiça Eleitoral, conforme a Lei Estadual nº 17.998/2020): certidão expedida pela Justiça Eleitoral que comprove o serviço prestado à Justiça Eleitoral, por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não, contendo o **nome completo do(a) eleitor(a)**, a **função desempenhada**, o **turno** e a **data da eleição**.

7.4.8.2.6 SEXTA POSSIBILIDADE (candidatos(as) que atuaram como jurados(as) em uma das comarcas do Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Estadual nº 17.998/2020): certidão expedida pela Vara Criminal do Tribunal do Júri competente que comprove o serviço prestado ao Tribunal do Júri, por, no mínimo, dois Júris, contendo o **nome completo do(a) candidato(a)**, a **função desempenhada** e a **data do Júri**.

7.4.8.3 O envio da documentação constante dos subitens 7.4.8.2.1 a 7.4.8.2.6 deste edital é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

7.4.8.3.1 Não será deferida a solicitação de isenção do(a) candidato(a) que não enviar a imagem legível da documentação constante dos subitens 7.4.8.2.1 a 7.4.8.2.6 deste edital.

7.4.8.3.2 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

7.4.8.4 O(a) candidato(a) deverá manter aos seus cuidados a documentação constante dos subitens 7.4.8.2.1 a 7.4.8.2.6 deste edital. Caso seja solicitada pelo Cebraspe, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

7.4.8.5 A solicitação realizada após o período constante do subitem 7.4.8.2 deste edital será indeferida.

7.4.8.6 Durante o período de que trata o subitem 7.4.8.2 deste edital, o(a) candidato(a) poderá desistir de solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição provisória e optar pela impressão do boleto bancário, por meio da página de acompanhamento, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador.

7.4.8.7 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo este(a) responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou de serem utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.4.8.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição provisória ao(a) candidato(a) que:

- a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas;
- b) fraudar e(ou) falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 7.4.8.2 deste edital.

7.4.8.9 Não será aceita solicitação de isenção de taxa de inscrição provisória via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, ou, ainda, fora do prazo.

7.4.8.10 Cada solicitação de isenção será analisada e julgada pelo Cebraspe.

7.4.8.11 O edital com a relação provisória dos(as) candidatos(as) com a solicitação de isenção de taxa deferida será publicado no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.4.8.11.1 O(a) candidato(a) com a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá, **no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, visualizar os motivos do indeferimento e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

7.4.8.11.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do(a) candidato(a), que impossibilitem a interposição de recurso.

7.4.8.11.3 O(a) candidato(a) deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

7.4.8.11.4 Recurso cujo teor desrespeite a banca será liminarmente indeferido.

7.4.8.11.5 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este edital.

7.4.8.11.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

7.4.8.11.7 O edital com a relação final dos(as) candidato(as) com a solicitação de isenção de taxa deferida será publicado no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.4.8.12 O(a) candidato(a) cujo pedido de isenção for indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição provisória **até a data estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, sob pena de ser automaticamente excluído do concurso público.

7.4.9 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

7.4.9.1 O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial e(ou) adaptação das **prova objetiva e discursiva** deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários; e

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do laudo médico, cuja data de emissão seja de, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no CRM.

7.4.9.1.1 Caso os recursos especiais de que o(a) candidato(a) necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o(a)

candidato(a) deverá assinalar o campo OUTROS dessa lista de opções e, em seguida, proceder de acordo com o subitem 7.4.9.7 deste edital.

7.4.9.1.2 Os recursos especiais solicitados pelo(a) candidato(a) para a realização das provas deverão ser justificados pelo parecer por ele(a) apresentado, ou seja:

a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo parecer serão indeferidos;

b) eventuais recursos que sejam citados no parecer do(a) candidato(a), mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especial do(a) candidato(a).

7.4.9.2 **O(a) candidato(a) com deficiência que necessitar de tempo adicional** para a realização das provas objetiva e discursiva e(ou) adaptação das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível de laudo médico, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve conter a assinatura do médico com o carimbo e o número de sua inscrição no CRM, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência, e parecer que justifique a necessidade de tempo adicional.

7.4.9.2.1 O(a) candidato(a) com atendimento especial de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado deficiente na avaliação biopsicossocial, será eliminado do concurso, por descumprir o subitem 16.2 deste edital.

7.4.9.3 **O(a) candidato(a) com deficiência visual que necessitar de adaptação das provas** deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas;

b) enviar, via *upload*, a imagem de laudo médico, emitido, no máximo, nos últimos dois anos anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no CRM, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência, e parecer emitido por especialista da área de deficiência do(a) candidato(a) que justifique a necessidade de tempo adicional.

7.4.9.3.1 Independentemente de requerimento, será assegurado aos(as) candidato(as) com deficiência visual tempo adicional de uma hora para a realização das provas.

7.4.9.3.2 É assegurado aos(as) candidato(as) com deficiência visual, independentemente de requerimento, o direito de realizarem as provas em salas reservadas e em separado dos demais candidatos.

7.4.9.3.3 O(a) candidato(a) com deficiência visual, em razão da necessária igualdade de condições com os demais candidatos, fará jus às condições especiais durante a realização das provas, optando por realizá-las por um dos seguintes meios:

I – sistema Braile;

II – auxílio de leitor;

III – computador; e

IV – sistema convencional de escrita com caracteres ampliados.

7.4.9.3.3.1 As condições especiais previstas no subitem 7.4.9.3.3 deste edital não impedem que candidato com deficiência visual solicite outros meios que melhor

atendam às suas necessidades, considerando-se a viabilidade e razoabilidade da solicitação.

7.4.9.3.3.2 O(a) candidato(a) com deficiência visual poderá escolher mais de uma opção de condição especial, devendo comprovar esta necessidade para realização da prova.

7.4.9.3.3.3 O(a) candidato(a) que deixar de efetuar a solicitação de atendimento especial realizará a prova com auxílio de leitor.

7.4.9.3.3.4 Na hipótese de o(a) candidato(a) com deficiência visual optar por realizar as provas por meio de computador, deverá especificar, no sistema de inscrição o *software* a ser utilizado nessa ocasião.

7.4.9.4 **A candidata que for amparada pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, e necessitar amamentar criança de até seis meses de idade** durante a realização das fases deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das fases;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível da certidão de nascimento da criança que comprove que criança terá até seis meses de idade no dia de realização das fases. Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

7.4.9.4.1 A candidata deverá apresentar, no dia de realização das provas/fases, original ou cópia simples da certidão de nascimento da criança para comprovar que a criança tem até seis meses de idade no dia de realização das provas/fases.

7.4.9.4.2 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.4.9.4.2.1 O Cebraspe não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

7.4.9.4.2.2 A candidata terá, caso cumpra o disposto nos subitens 7.4.9.4 e 7.4.9.4.1, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até trinta minutos. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período, nos termos do parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.

7.4.9.4.2.2.1 Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, **uma hora** de compensação.

7.4.9.5 **O(a) candidato(a) transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social**, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital, assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).

7.4.9.5.1 As publicações referentes aos(às) candidato(as) transexuais ou travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

7.4.9.6 **O(a) candidato(a) que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as fases armado(a)** deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

7.4.9.6.1 O(a) candidato(a) amparado(a) pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, que não solicitar o atendimento especial conforme descrito no subitem 7.4.9.5 deste edital não poderá portar armas no ambiente de provas, e, caso descumpra o estabelecido neste edital, estará automaticamente eliminado(a) e não terá classificação alguma no concurso.

7.4.9.6.2 Os(as) candidato(as) que não forem amparados(as) pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.

7.4.9.7 **O(a) candidato(a) que**, por motivo de doença ou por limitação física, **necessitar utilizar**, durante a realização das provas, **objetos, dispositivos ou próteses** cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo OUTROS e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização da prova;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do respectivo laudo médico que justifique o atendimento solicitado.

7.4.9.8 A documentação citada nos subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.7 deste edital deverá ser enviada de forma legível **no período de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, via *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior, ou a critério do Cebraspe.

7.4.9.8.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

7.4.9.8.2 O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilidade/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este processo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

7.4.9.8.3 O(a) candidato(a) deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere os subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.7 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

7.4.9.9 O(a) candidato(a) que não solicitar atendimento especial no sistema eletrônico de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento não terá atendimento especial, ainda que faça o envio, via *upload*, da documentação prevista nos subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.7 deste edital. Apenas o envio do laudo médico/parecer/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especial.

7.4.9.10 No caso de solicitação de atendimento especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

7.4.9.11 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.4.9.12 O(a) candidato(a) deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida no **período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador.

7.4.9.12.1 O(a) candidato(a) com a solicitação de atendimento especial indeferida poderá, no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, visualizar os motivos do indeferimento e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

7.4.9.12.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do(a) candidato(a), que impossibilitem a interposição de recurso.

7.4.9.12.3 O(a) candidato(a) deverá ser claro(a), consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.4.9.12.4 Recurso cujo teor desrespeite a banca será preliminarmente indeferido.

7.4.9.12.5 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este edital.

7.4.9.12.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

7.4.9.12.7 O(a) candidato(a) deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida, **após análise dos recursos**, a partir da **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador.

8 DAS FASES DO CONCURSO

8.1 As fases do concurso estão descritas no quadro a seguir.

PROVA/TIPO		NÚMERO DE ITENS	CARÁTER
(P_1) Objetiva		200	Eliminatório e classificatório
(P_2) Discursiva		1 parecer	
Inscrição definitiva	Exames de higidez física e mental	–	Eliminatório
	Investigação da vida pregressa e social	–	Eliminatório
(P_3) Prova oral			Eliminatório e classificatório
(P_4) Avaliação de títulos		–	Classificatório

9 DA PROVA OBJETIVA

9.1 A prova objetiva terá a duração de **5 horas** e será aplicada **na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no turno da tarde.

9.2 **Na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, será publicado no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e divulgado na internet, no endereço eletrônico

http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização da prova.

9.2.1 O(a) candidato(a) deverá, **obrigatoriamente**, acessar o endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, para verificar seu local de prova, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

9.2.2 O(a) candidato(a) somente poderá realizar a prova no local designado pelo Cebraspe.

9.2.3 Serão de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

9.2.4 O Cebraspe poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem 9.2 deste edital, comunicação pessoal dirigida ao(a) candidato(a), por *e-mail*, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 9.2 deste edital.

9.3 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá **10,00 pontos** e abrangerá os objetos de avaliação constantes do item 17 deste edital.

9.4 A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deverá ser preenchido pelo(a) candidato(a) caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deverá ser preenchido pelo(a) candidato(a) caso julgue o item ERRADO.

9.5 Para que possa obter pontuação no item, o(a) candidato(a) deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

9.6 O(a) candidato(a) deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do(a) candidato(a).

9.7 Serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

9.8 O(a) candidato(a) não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de modo algum, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do seu processamento eletrônico.

9.9 O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do seu número de inscrição e do número de seu documento de identidade.

9.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o(a) candidato(a) será acompanhado(a) pelo aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

9.11 Será anulada a prova objetiva do(a) candidato(a) que não devolver a sua folha de respostas.

9.12 O Cebraspe disponibilizará o *link* de consulta da imagem da folha de respostas dos(as) candidato(as) que realizaram a prova objetiva, exceto a dos(as) candidato(as) cuja prova tiver sido anulada na forma do subitem 9.11 deste edital e dos(as) que tiverem sido eliminados(as) na forma dos subitens 16.22 e 16.24 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, em até cinco dias úteis a partir da data de divulgação do resultado final na prova objetiva. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 60 dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

9.12.1 Após o prazo determinado no subitem 9.12 deste edital, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

9.13 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.13.1 A prova objetiva de todos(as) os(as) candidato(as) será corrigida por meio de processamento eletrônico da folha de respostas.

9.13.2 A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: **0,05 ponto**, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **0,05 ponto negativo**, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **0,00**, caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

9.13.3 A nota na prova objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.

9.13.4 Será reprovado(a) na prova objetiva e eliminado(a) do concurso público o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a **5,00 pontos** na prova objetiva.

9.13.4.1 O(a) candidato(a) eliminado(a) na forma do subitem 9.13.4 deste edital não terá classificação alguma no concurso público.

9.13.5 Os(as) candidato(as) não eliminados(as) na forma do subitem 9.13.4 deste serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva.

9.14 DOS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA

9.14.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva serão divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, a partir das **19 horas da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

9.14.2 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá do **período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital** para fazê-lo, ininterruptamente.

9.14.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, o(a) candidato(a) deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

9.14.3.1 O(a) candidato(a) poderá, ainda, no período de que trata o subitem 9.14.2 deste edital, apresentar razões para a manutenção do gabarito, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

9.14.4 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações/anulações/manutenção de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador. Não serão encaminhadas respostas individuais aos(as) candidato(as).

9.14.5 O(a) candidato(a) deverá ser claro(a), consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.14.6 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu(sua) autor(a), sob pena de ser preliminarmente indeferido.

9.14.7 O deferimento de recurso contra item de prova objetiva gera duas situações distintas: a anulação do item ou a alteração de seu gabarito. A anulação de item se dá quando o seu julgamento resta impossibilitado, o que ocorre nas seguintes situações, entre outras: o assunto abordado no item foge ao escopo dos objetos de avaliação estabelecidos em edital; há possibilidade de dupla interpretação; há erro de digitação que prejudica o julgamento do item; há contradição entre duas referências bibliográficas válidas. Já a alteração de gabarito pode decorrer de erro material na divulgação ou de apresentação de argumentação consistente que leve a banca a reconsiderar a resposta originalmente proposta para o item.

9.14.7.1 Se do exame de recursos resultar a anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os(as) candidato(as), independentemente de terem recorrido.

9.14.7.2 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os(as) candidato(as), independentemente de terem recorrido.

9.14.8 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

9.14.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

9.14.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9.15 O edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para a prova discursiva será publicado no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, **na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.**

10 DA PROVA DISCURSIVA

10.1 A prova discursiva terá a duração de **5 horas** e será aplicada **na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no turno da **tarde**.

10.1.1 A prova discursiva valerá **10,00 pontos** e consistirá de parecer, de **até 180 linhas**, a respeito de temas relacionados aos conhecimentos constantes do item 17 deste edital.

10.2 A prova discursiva será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no subitem 10.8 deste edital.

10.3 O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o(a) candidato(a) será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado

em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

10.4 O documento de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o(a) candidato(a), sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

10.5 O documento de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.

10.6 O documento de texto definitivo não será substituído por motivo de erro do(a) candidato(a) em seu preenchimento.

10.7 DAS INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE CONSULTA PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

10.7.1 Para a realização da prova discursiva, poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, mesmo que em formato de livro, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial, bem como a utilização de cópias reprográficas ou qualquer documento obtido na internet, sob pena de eliminação do concurso.

10.7.2 Material de uso permitido:

- a) legislação não comentada, não anotada e não comparada;
- b) códigos;
- c) decretos;
- d) resoluções;
- e) instruções normativas;
- f) portarias;
- g) índice remissivo;
- h) regimento interno dos tribunais e conselhos;
- i) leis de introdução dos códigos.

10.7.2.1 O material de uso permitido poderá conter evidências de utilização anterior, tais como:

- a) trechos destacados por marca-texto, sublinhados etc.;
- b) simples remissão a artigos ou a texto de lei (ex.: *vide* artigo 2º da Lei nº 8.112/1990);
- c) separação de códigos por cores, marcador de página, *post-it*, clipes ou similares.

10.7.3 Material de uso proibido:

- a) códigos comentados, anotados ou comparados;
- b) anotações pessoais (transcritas, manuscritas ou impressas);
- c) súmulas;
- d) enunciados;
- e) exposições de motivos dos códigos;
- f) jurisprudências;
- g) informativos de tribunais;
- h) orientações jurisprudenciais;
- i) cópias reprográficas (xerox ou similares);
- j) revistas;
- k) livros de doutrina;
- l) cópias reprográficas ou qualquer documento obtido na internet (indicado no subitem

10.7.2 deste edital).

m) livros, apostilas, anotações, materiais e(ou) quaisquer obras que contenham modelos de petições, roteiros/rotinas ou fluxogramas de petições e afins;

n) dicionários ou qualquer outro material de consulta que contenha qualquer conteúdo similar aos indicados anteriormente;

o) computador, *notebook*, *tablet*, dispositivo eletrônico ou equipamentos similares (indicados no subitem 16.22 deste edital).

10.7.4 Os(as) candidato(as) deverão isolar, previamente, com grampo ou fita adesiva, as partes não permitidas dos textos de consulta, de modo a impedir sua utilização durante a prova, sob pena de não poder consultá-los.

10.7.4.1 O material de consulta de que trata o subitem 10.7.2 deste edital poderá ser conferido antes e no decorrer das provas discursivas.

10.7.5 O(a) candidato(a) que descumprir as instruções de utilização de material de consulta terá sua prova anulada e será eliminado(a) do concurso.

10.7.6 Não será permitida, durante a realização das provas discursivas, a comunicação entre os(as) candidato(as).

10.7.7 Todo o material de consulta deverá estar redigido em Língua Portuguesa.

10.8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

10.8.1 Para cada sistema de concorrência, a convocação para a prova discursiva ocorrerá de acordo com os seguintes critérios:

a) **ampla concorrência**: serão convocados(as) para a prova discursiva os(as) **55** candidatos(as) mais bem classificados(as) na prova objetiva, respeitados os empates na última posição;

b) **candidatos(as) que se autodeclararam negros**: serão convocados(as) para a prova discursiva os(as) **11** candidatos(as) mais bem classificados(as) na prova objetiva, respeitados os empates na última posição;

c) **candidatos(as) que se autodeclararam pessoas com deficiência**: serão convocados(as) para a prova discursiva os(as) **6** candidatos(as) mais bem classificados(as) na prova objetiva, respeitados os empates na última posição.

10.8.1.1 Caso o número de candidatos(as) que tenham se autodeclarado negros(as) ou se declarado pessoas com deficiência aprovados(as) na prova objetiva seja inferior ao quantitativo estabelecido no subitem 10.8.1 deste edital, serão convocados(as) para a prova discursiva os(as) candidato(as) da ampla concorrência posicionados(as) na prova objetiva até o limite de correções estabelecido no referido subitem, respeitados os empates na última colocação.

10.8.2 O(a) candidato(a) que não for convocado(a) para a prova discursiva na forma dos subitens 10.8.1 e 10.8.1.1 deste edital estará automaticamente eliminado(a) e não terá classificação alguma no concurso.

10.8.3 O edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para a prova discursiva listará apenas os(as) candidato(as) não eliminados(as), conforme subitens 10.8.1 e 10.8.1.1 deste edital.

10.8.4 A prova discursiva será avaliada quanto ao domínio do ordenamento jurídico vigente, interpretação, análise, síntese, avaliação, reflexão, expressão na língua culta, raciocínio crítico e lógico.

10.8.4.1 A avaliação de conteúdo será feita por pelo menos dois examinadores. A nota de conteúdo do(a) candidato(a) será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.

10.8.4.1.1 Duas notas de conteúdo da prova discursiva serão consideradas convergentes se diferirem entre si em até 25% da nota máxima de conteúdo possível em cada prova discursiva.

10.8.5 A prova discursiva será corrigida conforme critérios a seguir:

a) o texto será avaliado quanto aos seguintes aspectos: i) domínio do ordenamento jurídico vigente; ii) interpretação; iii) análise; iv) síntese; v) avaliação; vi) reflexão; vii) expressão na língua culta; e viii) raciocínio crítico e lógico;

b) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

c) será calculada, então, a nota final na prova discursiva (*NFPD*), que será igual à nota atribuída ao conteúdo (*NC*);

d) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o(a) candidato(a) receberá nota igual a zero;

e) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o(a) candidato(a) que obtiver ***NFPD* < 5,00 pontos**.

10.8.6 Serão anuladas as provas discursivas do(a) candidato(a) que não devolver o documento de textos definitivos.

10.8.6.1 O(a) candidato(a) que se enquadrar no subitem 10.8.6 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

10.9 DOS RECURSOS CONTRA O PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA E CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA PROVA DISCURSIVA

10.9.1 O padrão preliminar de resposta da prova discursiva será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, a partir das **19 horas** da **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

10.9.2 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva disporá do **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital** para fazê-lo, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

10.9.3 Se houver alteração, por força de impugnação, do padrão preliminar de resposta da prova discursiva, essa alteração valerá para todos(as) os(as) candidato(as), independentemente de terem recorrido.

10.9.4 Após o julgamento dos recursos interpostos contra o padrão preliminar de resposta das provas discursivas, será definido o padrão definitivo e divulgado o resultado provisório na prova discursiva.

10.9.5 No recurso contra o resultado provisório nas provas discursivas, é vedado ao(a) candidato(a) novamente impugnar em tese o padrão de resposta, estando limitado à correção de sua resposta de acordo com o padrão definitivo.

10.9.6 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na prova discursiva deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11 DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

11.1 Para cada sistema de concorrência, os(as) candidato(as) aprovados(as) na prova discursiva serão convocados(as) para a inscrição definitiva de acordo com os seguintes critérios:

a) **ampla concorrência**: serão convocados(as) os(as) **30** candidatos mais bem classificados(as), considerando-se o somatório das notas na prova objetiva e na prova discursiva, respeitados os empates na última posição;

b) **candidatos(as) que se autodeclararam negros**: serão convocados(as) os(as) **6** candidatos(as) mais bem classificados(as), considerando-se o somatório das notas na prova objetiva e na prova discursiva, respeitados os empates na última posição;

c) **candidatos(as) que se autodeclararam pessoas com deficiência**: serão convocados(as) os(as) **3** candidatos(as) mais bem classificados, considerando-se o somatório das notas na prova objetiva e na prova discursiva, respeitados os empates na última posição.

11.1.1 Caso o número de candidatos(as) que tenham se autodeclarado negros(as) ou se declarado pessoas com deficiência seja inferior ao quantitativo estabelecido no subitem 11.1 deste edital, serão convocados(as) para a inscrição definitiva os(as) candidato(as) da ampla concorrência posicionados(as) até o limite de convocações estabelecido no referido subitem, respeitados os empates na última colocação.

11.1.2 O(a) candidato(a) que não for convocado(a) para a inscrição definitiva na forma dos subitens 11.1 e 11.1.1 deste edital estará automaticamente eliminado(a) e não terá classificação alguma no concurso.

11.1.3 A apresentação dos documentos descritos neste edital deverá ser feita por meio exclusivamente eletrônico, devendo o(a) candidato(a) digitalizar o documento original e juntá-lo ao procedimento eletrônico de requerimento de inscrição definitiva, conforme previsto no edital de convocação para essa fase.

11.2 Para o requerimento de inscrição definitiva, o(a) candidato(a) deverá fazer o envio das imagens dos seguintes documentos:

a) requerimento de inscrição, assinado pelo(a) candidato(a);

b) diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado pelo MEC;

c) certidão ou declaração idônea que comprove três anos de atividade jurídica, nos termos da Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 57, de 27 de abril de 2010; nº 141, de 26 de abril de 2016; e nº 206, de 16 de dezembro de 2019, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, após a obtenção do grau de bacharel em Direito, juntando os respectivos documentos comprobatórios;

d) título de eleitor e de documento que comprove estar o(a) candidato(a) em dia com as obrigações eleitorais ou certidão negativa da Justiça Eleitoral, sendo também válida certidão digital emitida pelo aplicativo oficial do Tribunal Superior Eleitoral;

e) documento eletrônico que comprove a quitação de obrigações concernentes ao serviço militar, se do sexo masculino;

f) documento de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

g) duas declarações firmadas por Membros do Ministério Público ou Magistrados, ou advogados, ou professores universitários e(ou) dirigentes de órgãos da administração pública, acerca da idoneidade moral do(a) candidato(a), constando nome e endereço completos;

h) os exames de saúde comprovando a higidez física e mental, a serem enviados conforme estabelecido no subitem 11.7 deste edital;

i) os títulos definidos no subitem 13.3 deste edital.

11.2.1 A prova de estar em gozo dos direitos políticos será feita mediante certidão fornecida apenas pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelo Tribunal Regional Eleitoral, não podendo ser substituída por declaração expedida pelo Juízo da Zona Eleitoral.

11.2.2 Os documentos referidos nas alíneas de “a” a “i” deverão ser emitidos, no máximo, nos 30 dias anteriores ao início do prazo de inscrição definitiva, com exceção dos exames de saúde, que deverão ser realizados, no máximo, nos 90 dias anteriores à data de envio dos exames.

11.2.3 Não serão considerados os documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

11.3 Os documentos exigidos para a inscrição definitiva deverão ser enviados no prazo a ser estabelecido no edital de convocação dos(as) candidato(as) habilitados(as) a requerer a inscrição definitiva.

11.4 Os(as) candidato(as) que não apresentarem qualquer um dos documentos listados nas alíneas de “a” a “h” constantes do subitem 11.2 deste edital, no ato da inscrição definitiva, serão excluídos(as) do concurso público.

11.5 Os documentos entregues para a inscrição definitiva não serão devolvidos em hipótese alguma.

11.6 Demais informações sobre a inscrição definitiva constarão no edital de convocação para essa fase.

11.7 DO EXAME DE HIGIEZ FÍSICA E MENTAL

11.7.1 O(a) candidato(a) convocado(a) para a inscrição definitiva, no prazo de requerimento dessa inscrição, conforme subitem 11.2 deste edital, deverá enviar os exames de saúde referentes ao exame de higidez física e mental, conforme instruções contidas no edital de convocação para a inscrição definitiva.

11.7.2 O exame de higidez física e mental terá caráter eliminatório e o(a) candidato(a) será considerado(a) **apto(a)** ou **inapto(a)**.

11.7.3 O exame de higidez física e mental objetiva aferir se o(a) candidato(a) goza de boa saúde física e psíquica para desempenhar as tarefas típicas da respectiva categoria funcional.

11.7.4 Para o exame de higidez física e mental, o(a) candidato(a) deverá enviar por *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, requerimento, cujo modelo constará de edital específico de convocação para essa fase, dirigido ao Presidente da Comissão Especial do Concurso Público e preenchido pelo(a) candidato(a), e os exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares) previstos no subitem 11.7.14 deste edital, na forma, no prazo e no horário estipulados no edital de convocação para essa fase.

11.7.4.1 Em todos os exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares), além do nome do(a) candidato(a), deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.

11.7.4.1.1 Os exames de saúde não poderão ser realizados por profissionais que tenham parentesco até o terceiro grau dentre os(as) candidatos(as), o que poderá ser apurado pela Comissão de Concurso.

11.7.4.2 Serão aceitos exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares) realizados, no máximo, nos 90 dias anteriores à data de entrega dos exames.

11.7.4.3 O(A) candidato(a) deverá providenciar, às suas expensas, os exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares) necessários.

11.7.5 Os exames de saúde apresentados serão submetidos pelo MPC/SC à Perícia Médica Oficial do Estado de Santa Catarina.

11.7.6 O Presidente da Comissão de Concurso poderá ordenar ou repetir diligências, exames de higidez física e mental, bem como convocar os(as) candidatos(as) para exames complementares.

11.7.7 Não serão fornecidas pelo MPC/SC, ou pela Perícia Médica Oficial do Estado de Santa Catarina, cópias dos exames enviados.

11.7.8 A partir da avaliação dos exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares), o(a) candidato(a) será considerado **apto(a)** ou **inapto(a)**.

11.7.9 A Perícia Médica Oficial do Estado de Santa Catarina, após a análise dos exames de saúde (médicos, laboratoriais e complementares) dos(as) candidatos(as), emitirá parecer conclusivo da aptidão ou inaptidão de cada um(a), bem como informará o MPC/SC da ocorrência de exames faltantes, de exames que tenham sido enviados com algum tipo de erro, vício ou de forma incompleta.

11.7.10 O MPC/SC poderá solicitar, ainda, antes da divulgação do resultado provisório do exame de higidez física e mental, o envio de exames faltantes, de exames que tenham sido enviados com algum tipo de erro, vício ou de forma incompleta.

11.7.11 O MPC/SC poderá solicitar, na fase de recurso, para fins de elucidação diagnóstica, o envio de outros exames laboratoriais e de diagnóstico médico-especializado, além dos previstos no subitem 11.7.14 deste edital.

11.7.12 Na fase de recurso, apenas serão aceitos exames complementares aos previstos no subitem 11.7.14 deste edital que forem solicitados pelo MPC/SC, não sendo possível, nesse momento, o envio de exames previstos no referido subitem.

11.7.13 Será eliminado(a) do concurso público o(a) candidato(a) considerado(a) inapto(a) no exame de higidez física e mental.

11.7.14 Os exames de saúde destinam-se a apurar as condições de higidez física e mental do(a) candidato(a) e compreenderão:

a) hemograma completo com contagem de plaquetas;

b) sorologia para Lues (VDRL ou FTAb);

c) exame sumário de urina – elementos anormais e sedimento (EAS);

d) bioquímica do sangue: glicemia de jejum, ureia, creatinina, transaminases (TGO e TGP), perfil lipídico (colesterol total e frações [HDL e LDL] e triglicerídeos);

e) sorologia para Doença de Chagas (Imunofluorescência Igm e IgG);

f) radiografia de tórax, nas incidências pósterio-anterior (PA) e lateral esquerda (perfil), com laudo;

g) eletrocardiograma e eletroencefalograma com laudo;

h) atestado de saúde mental, com relatório descritivo e conclusivo de avaliação clínica realizada por médico especializado em psiquiatria com emissão de laudo sobre consciência, orientação, atenção, pensamento (curso, forma e conteúdo), comportamento, humor/afeto, coerência e relevância do pensamento, conteúdo ideativo, sensopercepção; hiperatividade, encadeamento de ideias, memória recente, memória remota, cognição/inteligência, tirocínio e juízo crítico; linguagem e uso ou não de medicamentos psicotrópicos (psicofármacos), bem como as demais diretrizes previstas em legislação e regulamentos dos Conselhos profissionais a que pertinem as matérias.

i) atestado de saúde física, com relatório descritivo e conclusivo de avaliação clínica realizada por médico especialista em clínica geral, com emissão de laudo que ateste a saúde física do(a) candidato(a) de acordo com a avaliação clínica e dos exames e relatórios relacionados da alínea “a” até a alínea “h” deste subitem.

11.7.15 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a correta indicação, no sistema de *upload* dos exames de saúde, da alínea a que se refere cada conjunto de imagens submetidas.

11.7.15.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

11.7.15.2 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada alínea indicada no sistema de *upload*. As imagens que não forem condizentes com a alínea indicada serão desconsideradas para fins de análise.

11.7.15.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os que não forem submetidos da forma estabelecida no sistema de *upload*.

11.7.16 O envio da documentação constante do subitem 11.7.14 deste edital é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

11.7.17 O(A) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o resultado provisório no exame de higidez física e mental deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11.7.18 A permanência do(a) candidato(a) no certame poderá ser revista pela Comissão de Concurso, se for verificada a falsidade de qualquer declaração ou de documento apresentado, ou qualquer nova informação que assim o justifique, surgida a qualquer tempo antes da posse, admitindo-se recurso dessa decisão para o Conselho Superior do MPC/SC.

11.7.19 Demais informações a respeito do exame de higidez física e mental constarão de edital específico de convocação para essa fase.

11.8 DA INVESTIGAÇÃO DE VIDA PREGRESSA E SOCIAL

11.8.1 Serão submetidos à investigação de vida pregressa e social os(as) candidato(as) aprovados(as) na prova discursiva e convocados(as) para a inscrição definitiva.

11.8.2 Para fins de investigação de vida pregressa e social, serão consideradas as informações apresentadas pelos(as) candidato(as) e outras disponíveis em fontes acessíveis ao MPC/SC e ao Cebraspe.

11.8.2.1 As autoridades e qualquer pessoa poderão prestar sigilosamente informações sobre o(a) candidato(a), vedado o anonimato.

11.8.3 Serão eliminados do certame os(as) candidato(as) para os quais o MPC/SC não tenha recomendado a aprovação na fase de investigação de vida pregressa e social.

11.8.3.1 A omissão de informações ou prestação de declaração falsa em qualquer fase do concurso, inclusive na fase de investigação de vida pregressa e social, podem levar à desclassificação do(a) candidato(a), se for indicativa de má-fé.

11.8.3.2 Concluídas as diligências, caberá ao MPC/SC elaborar relatório individualizado de cada candidato(a), concluindo, ao final, por recomendar ou não recomendar sua aprovação.

11.8.3.3 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na investigação de vida pregressa e social deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11.8.4 Demais informações a respeito da investigação de vida pregressa e social constarão do edital de convocação para essa fase.

12 DA PROVA ORAL

12.1 Serão convocados para a prova oral todos(as) os(as) candidato(as) com a inscrição definitiva deferida e não eliminados(as) nos exames de higidez física e mental e na investigação de vida pregressa e social.

12.1.1 Os(as) candidato(as) não convocados(as) para a prova oral estarão eliminados(as) e não terão classificação alguma no concurso.

12.2 A prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, valerá **10,00 pontos** e consistirá na arguição sobre temas, dentre as matérias dos objetos de avaliação do concurso, definidos no edital de convocação para essa fase.

12.3 Os temas objeto de arguição serão sorteados na presença do(a) candidato(a).

12.3.1 Os objetos de avaliação serão divididos em cinco grupos e divulgados no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador até cinco dias antes da realização da prova oral.

12.3.2 A prova oral de cada candidato(a) abrangerá pelo menos três grupos de conhecimento, sendo atribuídas notas relativas aos seguintes pontos de avaliação apurados em relação a cada grupo: domínio do ordenamento jurídico, sua interpretação e análise; capacidade de síntese, avaliação e reflexão; expressão na língua culta e adequação da linguagem; articulação do raciocínio e capacidade de argumentação; capacidade de análise crítica e lógica; capacidade de compreensão da instituição MPC, seus desafios e oportunidades; apresentação pessoal e postura.

12.4 O(a) candidato(a) comparecerá perante a Banca Examinadora, que formulará questões sobre as matérias dos temas sorteados.

12.5 A prova oral será realizada em sessão pública, na presença dos integrantes da Banca Examinadora, dos fiscais de sala e do operador de câmera.

12.6 Cada examinador atribuirá o seu grau de avaliação, de 0 (zero) a **10,00 pontos**.

12.7 A nota da prova oral será a média aritmética das notas de 0 (zero) a **10,00 pontos**, atribuídas individualmente pelos examinadores.

12.8 Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a **6,00 pontos** na prova oral ou que não comparecer à prova.

12.9 Em hipótese alguma, o(a) candidato(a) poderá assistir à prova de outro(a) candidato(a).

12.10 No dia de realização da prova oral, em cada turno de sua realização, os(as) candidato(as) permanecerão isolados em uma sala de espera.

11.10.1 A cada turno de prova, o(a) candidato(a) sorteará o seu grupo de disciplinas para efeito de arguição.

12.11 A ordem de arguição dos(as) candidato(as) definir-se-á pela ordem crescente do número de inscrição no concurso.

12.12 Cada examinador disporá de **20 minutos** para a arguição, podendo estender sua arguição com a concordância da maioria simples dos demais membros da banca por até o máximo de mais 10 minutos, não ultrapassando o total de **30 minutos** para cada examinador.

12.13 Os(as) candidato(as) não poderão, durante a realização da prova, manter comunicação entre si, utilizar máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, ou, ainda, fazer qualquer anotação.

12.14 A prova oral será gravada em sistema audiovisual exclusivamente para fins de registro da avaliação. Não serão fornecidas, em hipótese alguma, cópia e(ou) transcrição dessas gravações.

12.14.1 Fica assegurado ao(a) candidato(a) acesso à gravação da prova oral, durante prazo a ser estabelecido no edital de resultado provisório na fase, somente para fins de interposição de recurso.

12.15 Por ocasião da realização da prova oral, todos(as) os(as) candidato(as) deverão apresentar-se adequadamente trajados, sendo que os candidatos do sexo masculino deverão apresentar-se obrigatoriamente usando terno e gravata.

12.16 Conforme Recomendação do CNMP nº 83, de 10 de agosto de 2021, fica garantida a realização de prova oral, por meio virtual, quando o deslocamento para o local do exame venha a requerer a necessária utilização de transporte aéreo, terrestre ou aquático:

I – às candidatas grávidas a partir da 28ª semana de gestação;

II – às candidatas gestantes em casos de gravidez de risco, independentemente da fase de gestação, desde que o deslocamento em questão não seja recomendado pelo médico que a acompanha;

III – às candidatas em fase puerperal; e

IV – às candidatas lactantes.

12.16.1 Deverá a candidata comprovar, no prazo e na forma que constarão de edital específico de convocação para essa fase, alguma das condições citadas no subitem 12.16 deste edital para fazer jus à realização da prova por meio virtual.

12.16.2 Fica assegurado à candidata o direito de fazer a prova oral presencialmente, se assim o desejar e permitirem suas condições de saúde.

12.17 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na prova oral deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

12.18 Demais informações a respeito da prova oral constarão de edital de convocação para essa fase.

13 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

13.1 Serão analisados os títulos dos(as) candidato(as) aprovados na prova oral.

13.1.1 Os(as) candidato(as) cujos títulos não forem analisados serão eliminados(as) e não terão classificação alguma no concurso.

13.2 A avaliação de títulos valerá **10,00 pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

13.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Diploma ou certificado de conclusão de curso de doutorado ou livre docência na área do Direito	1,94	1,94
B	Diploma ou certificado de conclusão de curso de doutorado ou livre docência nas áreas da Economia, Contabilidade, Administração ou Engenharia	1,29	1,29
C	Diploma ou certificado de mestrado na área do Direito	1,29	1,29
D	Diploma ou certificado de mestrado nas áreas da Economia, Contabilidade, Administração ou Engenharia	0,96	0,96
E	Certificado de conclusão de curso de especialização na área do Direito (com duração mínima de um ano letivo e carga horária mínima de 360 horas-aula) ou certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso regular (com duração mínima de um ano letivo e carga horária mínima de 720 horas-aula) promovido por escola preparatória do Ministério Público ou da Magistratura, reconhecido pela Administração Superior, vedada a acumulação dos referidos títulos	0,32	0,32
F	Exercício, em caráter efetivo, de cargo ou função técnico-jurídica privativa de bacharel em Direito, em órgãos da Administração Pública federal, ou estadual, ou distrital, ou municipal, por no mínimo um ano no cargo ou função, devidamente comprovado por publicação em diário oficial	0,65	0,65
G	Exercício do magistério no ensino superior na área do Direito, em instituição reconhecida pelo MEC, considerado uma única vez, ainda que diversas as instituições em que tenha sido ministrado o magistério, considerando-se, somente, a docência, pelo período mínimo	0,32	0,32

	de um ano letivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à publicação do edital do concurso		
H	Aprovação em concurso público de ingresso na carreira do Ministério Público ou da Magistratura, nos três últimos anos anteriores à data da inscrição definitiva	2,58	2,58
I	Livro publicado, de autoria individual, com reconhecido valor científico para a ciência jurídica, salvo se decorrente de tese, dissertação ou monografia cujo título foi utilizado para pontuar nesta fase do certame	0,65	0,65
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS NOS TÍTULOS	10,00	10,00

13.4 Receberá pontuação zero o(a) candidato(a) que não enviar, via *upload*, a imagem legível dos títulos na forma, no prazo e no horário estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

13.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via correio eletrônico e(ou) via requerimento administrativo.

13.6 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), sob pena de não pontuação, a correta indicação, no sistema de *upload* da documentação da avaliação de títulos, da alínea a que se refere cada conjunto de imagens submetidas.

13.6.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

13.6.2 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada alínea indicada no sistema de *upload*. As imagens que não forem condizentes com a alínea indicada serão desconsideradas para fins de análise.

13.6.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os que não forem submetidos da forma estabelecida no sistema de *upload*.

13.7 O envio da documentação constante do subitem 13.11 deste edital é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

13.8 O(a) candidato(a) deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 13.11 deste edital.

13.8.1 Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

13.9 A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do

concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.

13.10 Será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o envio das imagens legíveis dos títulos no período e na forma previstos neste edital e no edital de convocação para essa fase.

13.11 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

13.11.1 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou livre docência ou de mestrado, alíneas **A a D**, será aceita a imagem legível do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Também será aceita a imagem do certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado ou mestrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, desde que acompanhada da imagem do histórico escolar do(a) candidato(a), no qual conste o número de créditos obtidos, as áreas em que foi aprovado(a) e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso o histórico ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.

13.11.1.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, será aceita a imagem apenas do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do subitem 13.12 deste edital.

13.11.1.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos referentes ao mestrado e ao doutorado.

13.11.2 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização, alínea **E**, será aceita imagem do certificado atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou que está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE) ou ainda, estar de acordo com o parágrafo 8º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018. Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE, ou que está de acordo com as normas do extinto CFE ou que foi realizado conforme a Resolução CNE/CES nº 1/2018.

13.11.2.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE ou não esteja de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1/2018, deverá ser anexada uma declaração do responsável pela organização e realização do curso atestando que este atendeu a uma das normas estipuladas no subitem 13.11.2 deste edital.

13.11.3 Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional, alíneas **F e G**, o(a) candidato(a) deverá atender a uma das seguintes opções:

a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – **diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso ou documento oficial da OAB (por exemplo, carteira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB e atender ao disposto no subitem 13.11.3.3** deste edital; 2 – **cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS)** contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do

empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e 3 – **declaração do empregador** com o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;

b) **para exercício de atividade/instituição pública:** será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: 1 – **diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso ou documento oficial da OAB (por exemplo, carteira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB e atender ao disposto no subitem 13.11.3.3** deste edital; 2 – **declaração/certidão de tempo de serviço**, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas;

c) **para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho:** será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – **diploma de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso ou documento oficial da OAB (por exemplo, carteira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB e atender ao disposto no subitem 13.11.3.3** deste edital; 2 – **contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes**, ou seja, o(a) candidato(a) e o contratante; e 3 – **declaração do contratante** que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

d) para exercício efetivo de advocacia, será necessária a entrega de dois documentos: (1) certidões de atuação em, no mínimo, cinco processos judiciais diferentes no ano, emitidas pelas respectivas varas de atuação; e (2) documento oficial da OAB (que ateste a data de inscrição na OAB. Caso a carteira da OAB não especifique a data de inscrição, será considerada a data de emissão do referido documento.

13.11.3.1 A declaração/certidão mencionada na letra “b” do subitem 13.11.3 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

13.11.3.1.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CDP), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não sendo aceitas abreviaturas.

13.11.3.2 Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, não serão consideradas fração de ano nem sobreposição de tempo.

13.11.3.3 Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso superior.

13.11.4 Para receber pontuação relativa à aprovação em concurso público descrita na alínea H, o(a) candidato(a) deverá atender a uma das seguintes opções:

13.11.4.1 Comprovar a aprovação em concurso público por meio de envio da imagem legível de certidão expedida por setor de pessoal do órgão, ou certificado do órgão executor do certame, em que constem as seguintes informações:

a) cargo;

b) aprovação e(ou) classificação.

13.11.4.2 Para comprovar a aprovação em concurso público, o(a) candidato(a) poderá, ainda, apresentar imagem da cópia impressa do *Diário Oficial*, com a publicação do resultado final do concurso, em que conste o cargo ou emprego público, o requisito do

cargo ou emprego público, a escolaridade exigida e a aprovação e(ou) a classificação, com identificação clara do(a) candidato(a).

13.11.4.3 Não serão considerados como comprovação de aprovação em concurso outros documentos senão aqueles citados no subitem 13.11.4 deste edital.

13.11.5 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados na alínea I, o(a) candidato(a) deverá enviar imagem legível da capa da publicação e da ficha catalográfica da publicação cadastrada no ISBN ou ISSN, que deverá conter o nome do(a) candidato(a).

13.11.5.1 Publicações sem o nome do(a) candidato(a) deverão ser acompanhadas de declaração do editor, emitida por seu dirigente, que informe a sua autoria exclusiva.

13.12 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

13.13 Cada título será considerado uma única vez.

13.14 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados no subitem 13.3 deste edital serão desconsiderados.

13.15 O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

13.15.1 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

14 DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

14.1 A nota final no concurso (NFC) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NFC = (NFPO \times 3) + (NFPD \times 4) + (NFO \times 2) + NFAT / 10,$$

em que:

NFPO = nota final na prova objetiva;

NFPD = nota final na prova discursiva;

NFO = nota final na prova oral; e

NFAT = nota final na avaliação de títulos.

14.2 Após o cálculo da nota final no concurso e aplicados os critérios de desempate constantes do item 15 deste edital, os(as) candidato(as) serão listados(as) em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

14.2.1 A nomeação dos(as) candidato(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência e que se autodeclararem negros(as).

14.3 O(a) candidato(a) que for considerado(a) pessoa com deficiência, após a avaliação biopsicossocial, terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em lista única de classificação geral, na forma do art. 16, inciso IV, da Resolução CNMP nº 81/2012, alterada pela Resolução CNMP nº 240/2021.

14.3.1 A nomeação dos(as) candidato(as) com deficiência será realizada de acordo com a lista única prevista no art. 8º do Decreto nº 9.508/2018, que conterà a pontuação dos(as) candidato(as), sua classificação e a indicação dos(as) candidato(as) que concorrem também às vagas reservadas para pessoas com deficiência.

14.3.2 Caso o(a) candidato(a) com deficiência seja nomeado(a) obedecida sua classificação geral, não será computado(a) como ocupante de uma das vagas reservadas às pessoas com deficiência, devendo ser substituído(a) pelo próximo(a) candidato(a) com deficiência classificado(a) para essas vagas.

14.3.3 A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato(a) ocupante de vaga reservada implicará na sua substituição pelo(a) próximo(a) candidato(a) com deficiência classificado(a), desde que haja candidato(a) com deficiência ainda na lista classificatória.

14.3.4 Os(as) **candidatos(as) com deficiência** aprovados(as), observada a classificação de corte específica, serão nomeados(as), conforme o caso, na seguinte ordem:

14.3.4.1 Primeiro(a) colocado(a) da lista de candidatos com deficiência aprovados(as): 5º candidato(a) a ser nomeado(a);

14.3.4.2 Segundo(a) colocado(a) da lista de candidatos(as) com deficiência aprovados(as): 11º candidato(a) a ser nomeado(a);

14.3.4.3 Terceiro(a) colocado(a) da lista de candidatos(as) com deficiência aprovados(as): 21º candidato(a) a ser nomeado(a), e assim sucessivamente.

14.4 Os nomes dos(as) candidato(as) que, no ato da inscrição, se declararem aptos a concorrer às vagas reservadas aos(as) candidato(as) negros(as), se não eliminados(as) no concurso, serão publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

14.4.1 Os(as) **candidatos(as) negros** aprovados(as), observada a classificação de corte específica para cada cargo, serão nomeados(as), conforme o caso, na seguinte ordem:

14.4.1.1 Primeiro(a) colocado(a) da lista de candidatos(as) negros(as) aprovados(as): 3º candidato(a) a ser nomeado(a);

14.4.1.2 Segundo(a) colocado(a) da lista de candidatos(as) negros(as) aprovados(as): 8º candidato(a) a ser nomeado(a);

14.4.1.3 Terceiro(a) colocado(a) da lista de candidatos(as) negros(as) aprovados(as): 13º candidato(a) a ser nomeado(a), e assim sucessivamente.

14.5 Todos os resultados citados neste edital serão expressos até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

14.6 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) poderão interpor recurso contra a classificação final no concurso, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital.

14.6.1 Julgados os eventuais recursos, o concurso será submetido a julgamento pela Comissão do Concurso, a qual proclamará solenemente o resultado final.

15 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o(a) candidato(a) que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) obtiver a maior nota na prova discursiva;

c) obtiver a maior nota na prova oral;

d) obtiver a maior nota na prova objetiva;

e) obtiver o maior número de acertos na prova objetiva.

f) tiver maior idade;

g) tiver exercido a função de jurado (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal).

15.2 Os(as) candidato(as) que seguirem empatados(as) até a aplicação da alínea "f" do subitem 15.1 deste edital serão convocados(as), antes do resultado final no concurso,

para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

15.2.1 Para os(as) candidato(as) convocados(as) para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.

15.3 Os(as) candidato(as) a que se refere a alínea “g” do subitem 15.1 deste edital serão convocados(as), antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

15.3.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem 15.3 deste edital, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, alterado pela Lei nº 11.689/2008.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição do(a) candidato(a) implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

16.2 Todos os(as) candidato(as) concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

16.3 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador.

16.3.1 **Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional** nos *links* referentes ao concurso, **causados pelo Cebraspe**, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, **os prazos de acesso a esses links serão automaticamente prorrogados**, no mínimo, pelo tempo que durar a indisponibilidade ou que ficar comprometida a funcionalidade. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste edital.

16.3.2 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

16.4 O(a) candidato(a) poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador, ressalvado o disposto no subitem 16.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

16.5 O(a) candidato(a) que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou enviando *e-mail* para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

16.6 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 16.3 deste edital.

16.6.1 Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16.7 O(a) candidato(a) poderá protocolar requerimento relativo ao concurso, por meio de correspondência ou *e-mail* instruído com cópia do documento de identidade e do CPF. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do(a) candidato(a) na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, no horário das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, ininterruptamente, exceto sábados, domingos e feriados, observado o subitem 16.5 deste edital.

16.8 O(a) candidato(a) que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar **requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais** das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, ou enviá-lo, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe – MPC/SC Procurador de Contas 2022 (Solicitação de alteração de dados cadastrais) – Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou via *e-mail*, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos e cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.

16.8.1 O(a) candidato(a) que solicitar a alteração de nome, nos termos do subitem 16.8 deste edital, terá o seu nome atualizado na base de dados do Cebraspe para os eventos com inscrições abertas e para os futuros eventos.

16.9 O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade **original**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas.

16.10 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacionais de habilitação em papel (somente o modelo com foto).

16.10.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação digital (modelo eletrônico) ou qualquer outro documento em formato digital; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos vencidos, documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada ou protocolo do documento de identidade.

16.10.2 Não será aceito nenhum tipo de documento de identificação digital (modelo eletrônico). Os(as) candidato(as) que não apresentarem documento de identidade

conforme previsto no subitem 16.10 deste edital não poderão realizar as provas e serão eliminados(as) do concurso.

16.11 O(a) candidato(a) que, por ocasião da realização das provas, da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação para concorrer às vagas reservadas aos(as) candidato(as) negros(as), não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 16.10 deste edital, não poderá realizá-las e será automaticamente eliminado do concurso público.

16.12 Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado(a) de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 dias antes da data de realização das provas, ocasião em que será submetido(a) à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

16.12.1 A identificação especial será exigida, também, ao(a) candidato(a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).

16.12.2 Para a segurança dos(as) candidato(as) e a garantia da lisura do certame, o Cebraspe procederá à coleta de dado biométrico de todos(as) os(as) candidato(as) no dia de realização das provas.

16.13 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

16.14 Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

16.15 O(a) candidato(a) deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas.

16.15.1 A inobservância do subitem 16.15 deste edital acarretará a não correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do(a) candidato(a) do concurso público.

16.16 O Cebraspe manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos(as) candidato(as).

16.17 O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

16.18 O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos **últimos 15 minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

16.19 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato(a) da sala de provas, salvo o disposto no subitem 7.4.9.4.2.2 deste edital.

16.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas nos dias e horários determinados implicará a eliminação automática do(a) candidato(a) do concurso.

16.21 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os(as) candidato(as) e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e(ou) legislação, ressalvado o disposto no subitem 10.7 deste edital.

16.22 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido(a) portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como *wearable tech*, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipods*®, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

b) óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem, que não seja fabricado com material transparente, tais como garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.).

16.22.1 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo(a) candidato(a) de quaisquer objetos relacionados no subitem 16.22 deste edital.

16.22.1.1 Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações. O(a) candidato(a) que estiver armado(a) e for amparado(a) pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, conforme subitem 7.4.9.6 deste edital.

16.22.2 Sob pena de ser eliminado(a) do concurso, antes de entrar na sala de provas, o(a) candidato(a) deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, **obrigatoriamente desligados**, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 16.22 deste edital.

16.22.2.1 Durante toda a permanência do(a) candidato(a) na sala de provas, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, **deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes**. O(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas.

16.22.2.2 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo(a) candidato(a) deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

16.22.3 O Cebraspe recomenda que o(a) candidato(a) não leve nenhum dos objetos citados no subitem 16.22 deste edital no dia de realização das provas.

16.22.4 O Cebraspe não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

16.22.5 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos a eles causados.

16.23 No dia de realização das provas, o Cebraspe poderá submeter os(as) candidato(as) ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o(a) candidato(a) está portando material não permitido.

16.24 Será automaticamente eliminado(a) do concurso público, em decorrência da anulação de suas provas, o(a) candidato(a) que durante a realização das provas:

- a) for surpreendido(a) dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos, salvo aqueles constantes do subitem 10.7.2 deste edital, se comunicar com outro(a) candidato(a);
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 16.22 deste edital;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o documento de texto definitivo;
- i) descumprir as instruções contidas em editais, no caderno de provas, na folha de respostas ou no documento de texto definitivo;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial, conforme previsto no subitem 7.4.9.6 deste edital;
- p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- q) deixar de transcrever ou recusar-se a transcrever, para posterior exame grafológico, a frase contida no material de prova que lhe for entregue;
- r) não permitir a coleta de dado biométrico;
- s) descumprir as medidas de proteção em razão da pandemia do novo coronavírus a serem oportunamente divulgadas.

16.25 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, o Cebraspe tem a prerrogativa para entregar ao(a) candidato(a) prova/material substitutivo.

16.26 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

16.27 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o(a) candidato(a) se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

16.28 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas constituirá tentativa de fraude e implicará a eliminação do(a) candidato(a) do concurso.

16.29 Serão divulgadas oportunamente as informações a respeito das medidas de proteção que serão adotadas no dia de realização das provas, em razão da pandemia do novo coronavírus.

16.30 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após **dois anos**, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

16.31 O(a) candidato(a) deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, na forma dos subitens 16.7 ou 16.8 deste edital, conforme o caso, e perante o MPC/SC, após a homologação do resultado final, desde que aprovado(a). São de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

16.32 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos(as) candidato(as) que se declararem com deficiência, para os procedimentos de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos(as) candidato(as) negros(as), para a apresentação de exames de saúde para realização do exame de higidez física e mental e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do(a) próprio(a) candidato(a).

16.33 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 17 deste edital.

16.34 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 17 deste edital.

16.34.1 As jurisprudências dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de itens desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas.

16.35 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

16.36 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pelo MPC/SC.

17 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

17.1 HABILIDADES

17.1.1 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

17.1.2 Cada item das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

17.2 CONHECIMENTOS

17.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL: 1 Controle da Administração Pública. 1.1 Conceito, abrangência e espécies. 2 Controle externo no Brasil. 3 O Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 4 Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 5 Tribunais de Contas. 5.1 Natureza jurídica. 5.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. 5.3. Funções. 5.4 Eficácia das decisões. 5.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário. 5.6 AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas. Natureza. Finalidades. Atuação. Membros. 5.7 ATRICON – Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Natureza. Finalidades.

Atuação. Membros. 6 Competências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 6.1 Competência para a apreciação da constitucionalidade de leis. 6.2 Competência para a revisão dos próprios atos. 6.3 Competência normativa. 7 Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 7.1 Iniciativa. 7.1.1 Própria 7.1.2 Denúncia. 7.1.3 Representação. 7.2 Instrumentos de Fiscalização. 7.2.1 Levantamento. 7.2.2 Auditoria. 7.2.3 Inspeção. 7.2.4 Acompanhamento. 7.2.5 Monitoramento. 7.3 Objeto da Fiscalização. 7.3.1 Atos e contratos. 7.3.2 Transferências constitucionais e legais. 7.3.3 Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. 7.3.4 Aplicação de subvenções, auxílios e contribuições. 7.3.5 Arrecadação da receita. 7.3.6 Renúncia de receitas. 8 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. 9 Ministério Público de Contas. 9.1 Natureza, competência, princípios e funções institucionais. 9.2 AMPCON – Associação Nacional do Ministério Público de Contas 10 Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina. 10.1 Competência, organização e composição. 10.2 Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. 10.3 Atividade funcional. Atividade *custos legis*, representação ao Tribunal de Contas, representação a outros órgãos. Notificação Recomendatória. Prerrogativas processuais no processo de contas catarinense. 10.4 Atividade investigatória. Atividade de inteligência. Fontes – conceito, classificação, enumeração. Fontes abertas. Sistemas de busca. Técnicas de busca. Dados. Informação. Metadados. *Data Mining*. 10.5 Cooperação interinstitucional. 10.6 Regimento Interno do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (Portaria MPC nº 48/2018 e suas atualizações) 11 Legislação. 11.1 Constituição Federal. 11.2 Constituição do Estado de Santa Catarina. 11.3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 11.4 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. 2 Administração pública. 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 2.3.1 Princípios do Direito Administrativo. Origens, objeto e conceito. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé. 2.4 Administração pública na Constituição Federal. 2.4.1 Relação com legislação e jurisdição. Governo. Constituição. Federação. Personalidade jurídica. Estrutura fundamental no Brasil. 2.5 História da administração pública no Brasil. 2.6 Reformas administrativas. 2.7 Estrutura e funcionamento da administração pública. 2.7.1 Direito fundamental à boa administração pública. 2.8 Aspectos sociais, econômicos e políticos que condicionam a administração pública. 2.9 Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 2.10 Uso de controles e indicadores de produtividade. 2.11 Administração orçamentária. 2.12 Estado e Regulação. Políticas Públicas. 3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Supremacia do interesse público sobre o

privado e indisponibilidade do interesse público. 4 Organização administrativa. 4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação. 4.3 Hierarquia. Delegação. Avocação. 4.4 Administração direta. 4.4.1 Conceito. 4.5 Administração indireta. 4.5.1 Conceito. 4.5.2 Autarquias. 4.5.3 Agências reguladoras. 4.5.4 Agências executivas. 4.5.5 Fundações públicas. 4.5.6 Empresas públicas. 4.5.7 Sociedades de economia mista. 4.5.8 Consórcios públicos. 4.5.9 Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público). 4.5.10 Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho 2016). 5 Ato administrativo. 5.1 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 5.2 Requisitos ou elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). 5.3 Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). 5.4 Perfeição, vigência e eficácia. Retroatividade e irretroatividade. Tipologia. Legalidade. Mérito. Ato de governo. “Não ato”. Vícios e defeitos. 5.5 Classificação. 5.6 Atos administrativos em espécie. 5.7 O silêncio no direito administrativo. 5.8 Extinção dos atos administrativos. 5.8.1 Desfazimento. Nulidades. Revogação, anulação e cassação. 5.9 Preservação (convalidação, ratificação e conversão). 5.10 Vinculação e discricionariedade. 5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 5.12 Decadência administrativa. 6 Processo administrativo. 6.1 Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Tipologia. Fases. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações. Reformatio in pejus. Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis. 7 Poderes e deveres da Administração Pública. 7.1 Poder regulamentar. 7.2 Poder hierárquico. 7.3 Poder disciplinar. 7.4 Poder de polícia. Noções gerais. Síntese evolutiva. Fundamentos e finalidades. Polícia administrativa. Regime jurídico geral. Campo de atuação. Meios de atuação. Limites. Possibilidade de delegação. Características (discricionariedade/vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). Requisitos de validade. Proporcionalidade. Sanções. Prescrição. 7.5 Dever de agir. 7.6 Dever de eficiência. 7.7 Dever de probidade. 7.8 Dever de comunicar. Vedação à omissão no ordenamento jurídico brasileiro. 7.9 Dever de prestação de contas. 7.10 Abuso do poder. 8 Serviços públicos. Caracterização. Princípios específicos. Tipologia. Modos de prestação. Concessão de serviço público. Conceito. Características. Concessão de serviço precedida de obra pública. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações. Serviço adequado. Direitos e deveres dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato. Encargos do concedente e da concessionária. Intervenção. Extinção. Permissão e autorização de serviço público. Arrendamento. Franquia. 8.1 Parcerias público-privadas: Lei nº 11.079, de 13 de fevereiro de 2004, e suas alterações. 8.2 Parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações. 8.3 Disposições doutrinárias. 8.3.1 Conceito. 8.3.2 Elementos constitutivos. 8.3.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.3.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.3.5 Classificação. 8.3.6 Princípios. 8.3.7 Remuneração. 8.3.8 Usuários. 8.4 Participação, proteção e defesa dos direitos dos

usuários de serviços públicos. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. O papel das ouvidorias. 9 Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Tipologia. Função social da propriedade. Restrições e limitações administrativas em geral. 9.1 Conceito. 9.2 Fundamento. 9.3 Modalidades. 9.3.1 Limitação administrativa. 9.3.2 Zoneamento. 9.3.3 Polícia edilícia. 9.3.4 Zonas fortificadas e de fronteira. 9.3.5 Florestas. 9.3.6 Servidão administrativa. 9.3.7 Ocupação temporária. 9.3.8 Requisição administrativa. 9.3.9 Tombamento. 9.3.10 Desapropriação. 9.3.10.1 Tratamento constitucional e infraconstitucional. Fundamentos e requisitos. Bens expropriáveis. Competência. Fases e procedimentos. Indenização. Imissão na posse. Desistência da desapropriação. Destinação dos bens expropriados. Retrocessão. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo. Expropriação. 10 Licitações. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações (Lei de Licitações). 10.1.1.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. 10.1.2 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e suas alterações (Lei do Pregão) e demais disposições normativas relativas ao pregão. Instrução Normativa do STN nº 1/1997 e suas alterações. 10.1.3 Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e suas alterações (Sistema de Registro de Preços). 10.1.4 Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 10.1.5 Fundamentos constitucionais. 10.2 Disposições doutrinárias. 10.2.1 Conceito. 10.2.2 Objeto e finalidade. 10.2.3 Destinatários. 10.2.4 Princípios. 10.2.5 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 10.2.6 Modalidades. 10.2.7 Tipos. 10.2.8 Procedimento. 10.2.9 Anulação e revogação. 10.2.10 Sanções administrativas. 11 Contratos administrativos. Tipologia. Contratos clássicos (obras, serviços, compras, concessões e permissões). Regime jurídico. Mutabilidade. Prerrogativas da Administração. Cláusulas exorbitantes. Alteração unilateral. Equilíbrio econômico-financeiro. Fiscalização. Não invocação da exceção do contrato não cumprido. Imposição de sanções. Rescisão unilateral. Ocupação provisória de bens e serviços. Duração. Prorrogação. Garantias. Formalização. Alteração. Imprevisão. Fato do príncipe. Recebimento do objeto. A figura do fiscal do contrato. Rescisão (por ato unilateral e escrito da Administração, amigável e judicial). Pagamento. Contratos parcialmente regidos pelo Direito Privado. Novas figuras contratuais. Terceirização. 11.1 Responsabilidade contratual. 11.2 Legislação pertinente. 11.3 Disposições doutrinárias. 11.3.1 Conceito. 11.3.2 Características. 11.3.3 Vigência. 11.3.4 Alterações contratuais. 11.3.5 Execução, inexecução e rescisão. 11.3.6 Convênios e instrumentos congêneres. 11.3.7 Consórcios públicos. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e suas alterações, e Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. 12 Controle da Administração Pública. 12.1 Conceito. 12.2 Controle exercido pela Administração Pública. 12.3 Controle legislativo. 12.4 Controle judicial. 12.5 Controle social. 12.6 Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas. Controle Social. Limites e perspectivas do controle. 12.7 Independência de instâncias. 12.8 *Ombudsman*. 12.9 Ouvidorias. 13 Administração em juízo. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de injunção. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. 13.1 Improbidade administrativa. Regime jurídico. Concomitância de instâncias. Elementos constitutivos do tipo. Sujeição ativa. Sujeição passiva. Ato danoso. Dolo e culpa. Sanções. Procedimentos. Ação judicial. 13.2 Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações (Lei da Improbidade Administrativa). 13.3 Direito Administrativo Sancionador. 13.4 Disposições doutrinárias aplicáveis. 14 Agentes públicos. 14.1 Legislação pertinente. 14.2 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina; Regime Próprio de Previdência

do Estado do Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.745/1985 e suas alterações). Terminologia. Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). Noção. Acessibilidade. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Férias, décimo terceiro salário, licenças e direito de greve. Sindicalização. Aposentadoria e pensão. Limites de despesas com pessoal. Responsabilidade dos servidores. Poder disciplinar. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar (Lei Complementar nº 491/2010 e suas alterações). Comunicabilidade de instâncias. 14.3 Disposições constitucionais aplicáveis. 14.4 Disposições doutrinárias. 14.5 Conceito. 14.6 Espécies. 14.7 Cargo, emprego e função pública. 14.8 Provimento. 14.9 Vacância. 14.10 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 14.11 Remuneração. 14.12 Direitos e deveres. 14.13 Responsabilidade. 14.14 Processo administrativo disciplinar. 14.15 Regime de previdência. 15 Advocacia pública consultiva. 15.1 Hipóteses de manifestação obrigatória. 15.2 Responsabilidades do parecerista e do administrador público pelas manifestações exaradas, quando age em acordo ou em desacordo com tais manifestações. 16 Bens públicos. 16.1 Conceito. 16.2 Terminologia. Síntese evolutiva. 16.3 Formação do patrimônio público. 16.4 Regime jurídico geral. 16.5 Classificação. 16.6 Características. 16.7 Espécies. 16.8 Afetação e desafetação. 16.9 Aquisição e alienação. 16.10 Uso dos bens públicos por particular (normal, anormal, comum e privativo). 16.11 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. 16.12 Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas. Águas públicas. Minas e jazidas. 17 Responsabilidade civil do Estado. 17.1 Evolução histórica. 17.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 17.3 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 17.4 Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. 17.5 Responsabilidade por omissão do Estado. 17.6 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 17.7 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 17.8 Reparação do dano. 17.9 Direito de regresso. 17.10 Responsabilidade primária e subsidiária. 17.11 Responsabilidade do Estado por atos legislativos. 17.12 Responsabilidade do Estado por atos judiciais. 18 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). 19 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Lei de Inelegibilidade). 20 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores. 21 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e suas alterações (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e suas alterações). 22 Lei de Acesso à Informação e suas alterações (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.) 23 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas alterações (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e suas alterações)

DIREITO CIVIL e DIREITO EMPRESARIAL: 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Sociedades. 3.10 Fundações. 3.11 Grupos despersonalizados. 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.13

Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 5.1 Negócio jurídico. 5.2 Disposições gerais. 5.3 Classificação e interpretação. 5.4 Elementos. 5.5 Representação. 5.6 Condição, termo e encargo. 5.7 Defeitos do negócio jurídico. 5.8 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 5.9 Simulação. 6 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 7 Prescrição e decadência. 8 Prova do fato jurídico. 9 Obrigações. 9.1 Características. 9.2 Elementos Princípios. 9.3 Boa-fé. 9.4 Obrigação complexa (a obrigação como um processo). 9.5 Obrigações de dar. 9.6 Obrigações de fazer e de não fazer. 9.7 Obrigações alternativas e facultativas. 9.8 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 9.9 Obrigações solidárias. 9.10 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. 9.11 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 9.12 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 9.13 Obrigações líquidas e ilíquidas. 9.14 Obrigações principais e acessórias. 9.15 Transmissão das obrigações. 9.16 Adimplemento e extinção das obrigações. 9.17 Inadimplemento das obrigações. 10 Contratos. 10.1 Princípios. 10.2 Classificação. 10.3 Contratos em geral. 10.4 Disposições gerais. 10.5 Interpretação. 10.6 Extinção. 10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil. 11 Atos unilaterais. 12 Responsabilidade civil. 13 Posse. 14 Direitos reais. 14.1 Disposições gerais. 14.2 Propriedade. 14.3 Superfície. 14.4 Servidões. 14.5 Usufruto. 14.6 Uso. 14.7 Habitação. 14.8 Direito do promitente comprador. 14.9 Direitos reais de garantia. 14.9.1 Características. 14.9.2 Princípios. 14.9.3 Penhor, hipoteca e anticrese. 15 Direito de família. 15.1 Casamento. 15.2 Relações de parentesco. 15.3 Regime de bens entre os cônjuges. 15.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 15.5 Alimentos. 15.6 Bem de família. 15.7 União estável. 15.8 Concubinato. 15.9 Tutela. 15.10 Curatela. 16 Direito das sucessões. 16.1 Sucessão em geral. 16.2 Sucessão legítima. 16.3 Sucessão testamentária. 16.4 Inventário e partilha. 17 Direito de empresa. 17.1 Empresário. 17.2 Empresa individual. 17.3 Sociedade. 17.4 Estabelecimento. 17.5 Institutos complementares. 17.6 Atividade empresarial pública. 17.7 Espécies de empresa. 17.8 Responsabilidade dos sócios. 17.9 Distribuição de lucros. 17.10 Sócio oculto. 17.11 Segredo comercial. Oposição ao controle externo. 17.12 Teoria geral do direito societário. 17.13 Conceito de sociedade. 17.14 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas. 17.15 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. 17.16 Sociedade limitada; sociedade anônima. 17.17 Estabelecimento empresarial. 17.18 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária. Preferências e privilégios creditórios. 17.19 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. 17.20 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação. 18 Teoria geral dos títulos de créditos. 18.1 Disposições gerais. 18.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos. 18.3 Títulos de créditos: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. 18.4 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. 18.5 Ações cambiais. 19 Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e suas alterações (Lei de Registros Públicos). Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade,

transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. 20 Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e suas alterações (Estatuto do Idoso). 21 Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações (Lei do Inquilinato). Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial. 22 Direitos autorais. 23 Condomínio em edificações e incorporações imobiliárias (Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e suas alterações, e Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e suas alterações). 24 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e suas alterações (Estatuto da pessoa com deficiência). 25 Entendimentos dos tribunais superiores.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: Natureza, conceito e objeto. Classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição. 1.2 Perspectiva sociológica. 1.3 Perspectiva política. 1.4 Perspectiva jurídica. 1.5 Fontes formais. 1.6 Concepção positiva. 1.7 Pluralismo jurídico. As fontes normativas não estatais. 1.8 Normas constitucionais. Definição. Estrutura. Classificações. Princípios e regras. Preâmbulo. Efeitos das normas da Constituição brasileira de 1988. 1.9 Efeitos temporais da norma constitucional. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas. 3 Norma jurídica e enunciado normativo. Características da norma jurídica. Lacunas e Integração do Direito: analogia, costumes e equidade. Colisão entre normas constitucionais. Ponderação e juízo de adequação. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Direito Constitucional Intertemporal. Teoria da recepção. Disposições constitucionais transitórias. 4 Constitucionalismo: trajetória histórica. Constitucionalismo liberal e social. Constitucionalismo britânico, francês e norte-americano. 4.1 As transformações ocorridas no constitucionalismo. Genealogia das constituições modernas. Inovações contemporâneas do direito constitucional comparado. 4.2 A metodologia jurídica no tempo. A Escola da Exegese. Jurisprudência dos Conceitos, Jurisprudência dos Interesses e Jurisprudência dos Valores. O Realismo Jurídico. Neoformalismo. O Pós-positivismo Jurídico. 4.3 Constituição e cosmopolitismo. O papel do direito comparado e das normas e jurisprudência internacionais na interpretação da Constituição. O papel das pré-compreensões no Direito. Interpretação, moralidade positiva e moralidade crítica. 4.4 Teoria Geral da Constituição e teoria geral das mutações constitucionais. 4.5 Teoria geral da justiça constitucional. Modelos de justiça constitucional. Natureza e limite do uso judiciário da Constituição. 4.6 A evolução do constitucionalismo brasileiro: Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969. A ditadura militar e os atos institucionais. A Assembleia Constituinte de 1987/88. 5 Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; Teorias da argumentação jurídica; Critério da interpretação conforme. 5.1 Interpretação administrativa. Contencioso administrativo. Tribunais quase-judiciais. 5.2 Crise da ortodoxia legal e a concepção instrumental da lei. 5.3 Teoria geral do princípio da proporcionalidade. Teoria geral dos conceitos legais indeterminados. Direito constitucional jurisprudencial. 5.4 Liberalismo igualitário, comunitarismo, procedimentalismo e republicanismo. Suas projeções no domínio constitucional. 6 Divisão de poderes. Conceito e objetivos. História. Independência e harmonia entre poderes. Mecanismos de freios e contrapesos. Estatuto constitucional dos agentes políticos. Imunidade parlamentar. Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade. Controle social, político e jurisdicional do exercício do poder. O princípio republicano. 7 Democracia. Conceito. História. Fundamentos.

Democracia representativa e participativa. Teorias deliberativa e agregativa da democracia. Instrumentos de democracia direta na Constituição de 1988. 7.1 Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. 8 Princípios constitucionais. 8.1 Princípio da isonomia. Ações afirmativas. Igualdade e diferença. Teoria do impacto desproporcional. Direito à adaptação razoável. 8.2 Os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade. 8.3 Liberdade de expressão, religiosa e de associação. Liberdade de expressão e agentes políticos. O princípio da laicidade estatal. Os direitos civis na Constituição de 1988. Liberdade de expressão no âmbito da magistratura e do ministério público. 8.3.1 Teoria da igual proteção (*equal protection*). 9 Controle de constitucionalidade: evolução histórica do sistema brasileiro. Direito Comparado. Legitimidade democrática. Sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; Técnicas decisórias na jurisdição constitucional; a inconstitucionalidade por omissão. Fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. 10 Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. Limitações à reforma constitucional. Cláusulas pétreas expressas e implícitas. As mutações constitucionais. 11 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo. Emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. O processo de incorporação dos tratados internacionais. Devido processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; Comissões Permanentes. imunidades parlamentares; Legislativo e soberania popular. A crise da representação política. 12 Poder Judiciário. Organização do Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Legitimidade e críticas. Mecanismos de distinção. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Conselho Nacional de Justiça. Tribunais e Juízes dos Eleitorais. Tribunais e Juízes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da Magistratura. LOMAN (Lei Complementar nº 35/1979 e suas alterações). O ativismo judicial e seus limites no Estado Democrático de Direito. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais). Advocacia Pública e Defensoria Pública (procuradorias). Advocacia e Defensoria Pública. 13 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; Histórico. Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidencialismo de coalizão. Presidente da República: estatuto. Competências. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Ministros de Estado. Organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 13.1 Poder Executivo estadual. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. Poder Legislativo estadual. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. 14 Ministério Público: História e princípios constitucionais. Organização. As funções constitucionais do Ministério Público. Ministério Público de Contas e evolução da jurisprudência do STF.

Críticas ao modelo. Conselho Nacional do Ministério Público. História, composição, competência e funcionamento. Conjuntura atual. Riscos institucionais. 15 Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; princípio implícito da simetria federativa, repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; Estado-membro. Competência. Autonomia. Bens. Federalismo. Concepções e características. Classificações. Sistemas de repartição de competência. Direito comparado. União (natureza da unidade federativa; competências; organização). Bens da União, Participação em recursos minerais, faixa de fronteira, regiões administrativas ou de desenvolvimento Estados (competências, organização e autonomia) Bens dos estados. Formação de Estados. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios (competências, organização e autonomia). Criação. Regiões metropolitanas. Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); Lei nº 11.107, 6 de abril de 2005, e suas alterações (consórcios públicos); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, limites e controle). 16 Orçamento público: controle social, político e jurisdicional. Controle externo e controle interno da administração pública. Finanças públicas na Constituição. Normas orçamentárias na Constituição. Orçamento Programa. Espécies de Orçamento público. Princípio constitucionais orçamentários. Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas. 16.1 Orçamento e fiscalização orçamentária. Fundamentos constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Crise do modelo de controle da responsabilidade fiscal. Finanças públicas dos entes subnacionais. Tribunais de Contas. Ministério Público de Contas. Perspectivas de evolução institucional do controle externo Brasil. Críticas ao modelo. PEC 329/2013. 16.2 Processo Legislativo orçamentário: 16.3 Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. 16.4 Ciclos legislativos orçamentários. 16.5 O papel do Poder Legislativo e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 16.6 Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração financeira. 16.7 SIOF, SIAFI, SIASG, SIGPLAN e Siga Brasil. 16.8 Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. 16.9 Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. 16.10 Execução orçamentária e financeira. 16.11 Descentralização orçamentária. 16.12 Transferências constitucionais, legais e voluntárias. 16.13 Legislação sobre o tema. 16.13.1 Decreto 6.170/2007 e suas alterações. 16.14 Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária. 17 O sistema de controle interno. 17.1 O papel do Poder Legislativo no Sistema de Controle. 17.2 O Controle de Obras Públicas pelo Poder Legislativo. 18 Lei de Responsabilidade Fiscal e planejamento: impacto dos instrumentos de acompanhamento da política fiscal sobre a elaboração e a execução das leis orçamentárias. Qualidade das contas públicas dos entes federados brasileiros. Atuação do Tribunais de Contas. Visão crítica. 18.1 Contingenciamento. 18.2 Restos a pagar. 18.3 Reabertura de créditos orçamentários. 18.4 Créditos adicionais. 18.5 Superávit financeiro. 18.6 Apuração dos resultados fiscais nas leis orçamentárias: Riscos Fiscais, Metas Fiscais, Margem de expansão das despesas obrigatórias, Resultado primário da União. 19 Controle jurisdicional e social das políticas públicas. Serviços de relevância pública. O papel do Ministério Público de Contas. 20 Direitos e garantias fundamentais: Concepções. Características. Dimensões Objetiva e Subjetiva. Eficácia vertical e horizontal. Limites dos direitos fundamentais. Gerações dos direitos fundamentais. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais. Direitos x garantias fundamentais. Teorias interna e externa. Núcleo essencial e

proporcionalidade. Os “limites dos limites”. Declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais. Direito fundamental à educação. A educação na Constituição Federal. Direito fundamental à moradia e à alimentação adequada. Direitos fundamentais culturais. Multiculturalismo e interculturalidade. Direito à diferença e ao reconhecimento. Direito fundamental à boa administração pública. Direitos fundamentais processuais: acesso à justiça, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, vedação de uso de provas ilícitas, juiz natural e duração razoável do processo. 21 Tratados e convenções sobre direitos humanos. 21.1 Direitos Humanos e Cidadania 21.1.1. Política e democracia: teorias da democracia; poder e dominação; representação e participação política; pluralismo; grupos de pressão e minorias políticas; conflito e controle social; democracia, soberania e direitos humanos. 21.1.2. Estado e sociedade: movimentos sociais: participação, mobilidade e mudança social; ação coletiva e novos atores sociais; políticas sociais: concepção, avaliação e financiamento; terceiro setor. 21.1.3. Desigualdade social, exclusão e violência; estrutura, organização e estratificação social; grupos e classes sociais; pobreza e miséria; integração e inclusão social. 21.1.4. Serviço social: políticas de inclusão social; programas de transferência de renda; assistência social: pressupostos e alcance; Sistema Único de Assistência Social: estrutura, organização e funcionamento. 21.1.5. Direitos humanos: fundamentos, princípios e características, evolução histórica e sistemas de proteção; incorporação das normas internacionais; direitos e garantias fundamentais: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; direito à solidariedade e ao desenvolvimento; direitos sexuais e reprodutivos; direitos de personalidade: identidade, intimidade e vida privada; direitos gerais e direitos específicos; conflito e harmonização dos direitos; educação para os direitos humanos e cultura da paz. 21.1.6. Cidadania: direito à igualdade e direito à diferença; discriminação, preconceito e intolerância; violação de direitos: trabalho escravo e trabalho infantil, fome e desnutrição, tortura e maus tratos, abuso e exploração sexual, tráfico de pessoas; pluralismo e proteção à diversidade; liberdades de consciência, crença, expressão do pensamento, associação e manifestação da orientação sexual; ações afirmativas; sistema de proteção integral; envelhecimento; acessibilidade e desenho universal; preservação cultural; inimputabilidade penal; identidade de gênero. 21.1.7. Direitos humanos positivados: instrumentos internacionais de promoção e proteção; Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata; Estatuto do Idoso e legislação correlata; Estatuto do Índio e legislação correlata; Estatuto da Igualdade Racial; Lei Maria da Penha; Lei Orgânica da Assistência Social e legislação correlata; Lei de Acessibilidade e legislação correlata; Programa Bolsa Família; Programa Nacional de Direitos Humanos. 22 Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); cidadania (direito a voto e elegibilidade); O papel da cidadania na concretização da Constituição. plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reatuação dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; Lei nº 9.096/1995 e suas alterações (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). 23 Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade). 24 Direitos sociais:

conceito e classificação; enunciação, garantias e efetividade. Princípio da proibição do retrocesso. Mínimo existencial e reserva do possível. Direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; direito à saúde e seguridade social (previdência e assistência social); Sistema Único de Saúde na Constituição. Controle social. O direito de acesso às prestações sanitárias. Disciplina da comunicação social; A imprensa na Constituição. Liberdades públicas, acesso à informação e pluralismo. Direitos das pessoas portadoras de deficiência. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. 25 Direitos das comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais. Índios na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas. Usufruto.

26 Educação

26.1 Fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos da educação. 26.1.1 Evolução da educação escolar brasileira. 26.1.2 O pensamento educacional e pedagógico brasileiro. 26.2 A educação como direito de todos e dever do Estado e da família. 26.2.1 Educação escolar obrigatória. 26.2.2 Normas nacionais e federais sobre educação. 26.3. Níveis, etapas e modalidades de ensino: estrutura e funcionamento. 26.3.1 Educação infantil. 26.3.2 Ensino fundamental. 26.3.3 Ensino médio. 26.3.4 Educação de jovens e adultos. 26.3.5 Educação superior. 26.3.6 Educação profissional. 26.3.7 Educação especial. 26.3.8 Educação indígena. 26.3.9 Educação a distância. 26.3.10 Educação no campo. 26.3.11 *Homeschooling* no Brasil. 26.4. Planejamento educacional. 26.4.1 O Plano Nacional de Educação. 26.4.2 Políticas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 26.5. Políticas de qualificação da educação. 26.5.1 Financiamento. 26.5.2 Sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior. 26.6. Questões contemporâneas da educação brasileira. 26.6.1 Educação e diversidade. 26.6.2. Educação em tempo integral. 26.6.3 Formação inicial e continuada dos profissionais da educação: saberes, tempos e lugares. 26.6.4 Remuneração dos profissionais da educação. 26.6.5 Violência nas escolas.

27 Saúde

27.1. Perfil demográfico, nosológico e nutricional da população brasileira. 27.1.1 Evolução histórica e transição demográfica, epidemiológica e nutricional. 27.1.1.1 Principais resultados dos Censos Demográficos do IBGE de interesse para a saúde. 27.1.1.2 Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica – fertilidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida ao nascer. 27.1.2 Perfil nosológico atual da população brasileira. 27.1.2.1 Principais indicadores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral e específica (principais causas de óbito), mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade e indicadores de oferta de serviços de saúde. 27.1.3 Estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. 27.1.3.1 Principais resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE de interesse para a saúde. 27.1.4 Sistemas de informação em saúde. 27.2. Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). 27.2.1 Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, e suas alterações (Lei Orgânica da Saúde). 27.2.2 Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações (A participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS – e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde). 27.2.3 Financiamento do setor saúde e a Emenda Constitucional nº 29/2000. 27.2.4 O processo de descentralização e municipalização. 27.2.5 Instâncias de deliberação e pactuação. 27.2.5.1 Comissões intergestores bipartite e tripartite. 27.2.5.2 Pacto pela Saúde. 27.2.6 Participação comunitária e controle social. 27.2.6.1 Conselhos e conferências de saúde. 27.2.7 Incorporação tecnológica. 27.2.7.1 Lei nº 12.401, de 28

de abril de 2011 e suas alterações (Assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde). 27.2.8 Assistência farmacêutica e política de medicamentos. 27.2.8.1 Medicamentos genéricos. 27.2.9 Atenção básica. 27.2.9.1 Estratégia de Saúde da Família. 27.2.10 Atenção às urgências e emergências. 27.2.11 Recursos humanos para a saúde. 27.2.12 Direitos do paciente. 27.3. Saúde suplementar. 27.3.1 Mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução. 27.3.1.1 Principais conclusões da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária do IBGE. 27.3.2 Planos privados de assistência à saúde e sua regulamentação. 27.3.2.1 Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e suas alterações (Lei dos planos de saúde). 27.3.2.2 Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e suas alterações (Lei de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). 27.4. Controle de doenças e agravos à saúde. 27.4.1 Situação epidemiológica atual, tendências das principais doenças e agravos a saúde e tecnologias de controle sanitário. 27.4.1.1 Doenças crônicas não transmissíveis 27.4.1.1.1 Doenças cardiovasculares. 27.4.1.1.2 Câncer. 27.4.1.1.3 Hipertensão arterial. 27.4.1.1.4 Diabetes. 27.4.1.1.5 Obesidade. 27.4.1.2 Doenças infecciosas. 27.4.1.2.1 Malária. 27.4.1.2.2 Febre amarela. 27.4.1.2.3 Dengue. 27.4.1.2.4 Tuberculose. 27.4.1.2.5 COVID19. Pandemia. Atuação dos entes federados. Fiscalização pelo Ministério Público de Contas. Instrumentos de intervenção do Estado. Retaguardas orçamentárias. Corrupção. Má aplicação de recursos públicos. 27.4.1.2.6 Aids. 27.4.1.2.7 Hepatites. 27.4.1.2.8 Hanseníase. 27.4.1.3 Traumas, acidentes e causas externas. 27.4.2 Programa Nacional de Imunizações. 27.4.3 Vigilância epidemiológica. 27.4.4 Controle de zoonoses e vetores. 27.5. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços. 27.5.1 Saúde da criança. 27.5.1.1 Aleitamento materno. 27.5.1.2 Mortalidade infantil. 27.5.2 Saúde reprodutiva e da mulher. 27.5.2.1 Assistência e humanização do parto. 27.5.2.2 Mortalidade materna. 27.5.2.3 Reprodução assistida. 27.5.2.4 Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, e suas alterações (Planejamento familiar). 27.5.2.5 Abortamento provocado. 27.5.3 Saúde do homem. 27.5.4 Saúde do idoso. 27.5.5 Saúde mental. 27.5.5.1 Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 e suas alterações (Reforma psiquiátrica). 27.5.5.2 Uso de drogas como problema de saúde pública. 27.5.5.3 Situação, tendências e estratégias de controle do uso de drogas. 27.5.5.4 Tabagismo e alcoolismo. 27.5.5.5 Redução de danos sociais e à saúde. 27.5.6 Saúde das populações indígenas. 27.5.7 Saúde oral. 27.5.8 Saúde do trabalhador – noções gerais. 27.5.8.1 Acidentes de trabalho. 27.5.8.2 Doenças ocupacionais. 27.5.9 Doação e transplante de órgãos. 27.5.9.1 Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e suas alterações (Lei de doação de órgãos). 27.5.9.2 Política Nacional de Transplantes. 27.6. Vigilância Sanitária. 27.6.1 Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: estrutura, funcionamento e competências. 27.6.2 Legislação de vigilância sanitária. 27.6.2.1 Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e suas alterações (Alimentos). 27.6.2.2 Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e suas alterações (Vigilância sanitária de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos). 27.6.2.3 Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e suas alterações (Propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas). 27.6.2.4 Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999, e suas alterações (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA). 27.6.3 Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados. 27.6.3.1 Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados. 27.6.3.2 Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001 e suas alterações (Sangue e Hemoderivados). 28 Ordem constitucional econômica. Princípios constitucionais da

ordem econômica. Intervenção estatal direta e indireta na economia. Regime constitucional dos serviços públicos. Monopólios federais e seu regime constitucional. 29 Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação direta de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental). 30 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Riscos ao regime democrático. Estado de defesa. Estado de sítio. Papel constitucional das Forças Armadas. Segurança Pública na Constituição. O papel das instituições policiais. Emenda Constitucional nº 45/2004 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais. 31 Constituição do Estado de Santa Catarina. 32 Entendimentos dos tribunais superiores.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: 1 História da proteção jurídica e social da infância brasileira. Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Aspectos gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas. 2 Direito da Criança e do Adolescente. Doutrinas Jurídicas de Proteção: Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Princípio da Prioridade Absoluta. Princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente. 3 Direitos fundamentais: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. 4 Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. 5 Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Poder Familiar. Parentesco. Família natural e da família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. Guarda; Tutela e Adoção. Alternativas de acolhimento familiar. 6 Autorização para viagem. 7 A infância e a adolescência no contexto internacional – A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais. 8 Direito à vida e a proteção do nascituro. Aspectos constitucionais e legais. 9 Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos. Produtos e serviços. Autorização para viajar. Formas de controle. Ação Civil Pública. 10 Política de atendimento. Entidades de atendimento. Fiscalização. 11 Medidas de proteção. Medidas específicas de proteção. 12 A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos especiais. Recursos. 13 O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos. A atuação do Juiz da Infância e da Juventude. 14 O Ministério Público. Atribuições. Ação Civil Pública. Termo de ajustamento da conduta. Apuração de responsabilidades nas entidades de atendimento. 15 Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão. Direitos individuais. Proteção Judicial aos interesses individuais. Garantias processuais. 16 Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis. Da alienação parental. 17 Conselhos Tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha. Impedimentos. Competência. 18 Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes. 19 Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação especial. Aspectos constitucionais e legais. 20 Fundo da Infância e Adolescência. Possibilidades de

aplicação. Controle externo. Atuação do Ministério Público de Contas. 21 Orçamento criança. 22 Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 e suas alterações (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). 23 Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. 24 Provimento Corregedoria CNJ Nº 118 de 29/06/2021 e suas alterações. 25 Resolução do CNJ nº 165/2012 e suas alterações. 26 Resolução do CONANDA nº 169/2014 e suas alterações. 27 Entendimentos dos tribunais superiores. 28 Prejulgados e precedentes do TCE/SC.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO, CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO: 1 Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. 1.1 Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários. 1.2 Normas gerais de direito financeiro. 1.3 Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Orçamento público e transparência. Emendas parlamentares. Fragilidades do modelo de planejamento orçamentário brasileiro. 1.4 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações (Normas Gerais de Direito Financeiro). 1.5. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). Histórico. O problema da dívida pública e do crédito internacional. FMI – Fundo Monetário Internacional. Modelo de fiscalização adotado. Atribuições dos tribunais de contas. Resultados práticos da aplicação da lei na saúde fiscal dos entes federados. Uniformidade da interpretação da norma nacional pelas cortes de contas. Fragilidades do modelo. Responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico. 2 Contabilidade Pública. 2.1 Sistema de Contabilidade Federal. 2.2 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 2.3 Composição do Patrimônio Público. 2.3.1 Patrimônio Público. 2.3.2 Ativo. 2.3.3 Passivo. 2.3.4 Saldo Patrimonial. 2.4 Variações Patrimoniais. 2.4.1 Qualitativas. 2.4.2 Quantitativas: receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 2.4.3 Realização da variação patrimonial. 2.4.4 Resultado patrimonial. 2.5. Regime Orçamentário e Regime Contábil. 2.6 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. 2.7 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, de 07 de fevereiro de 2019. 3 Orçamento público. 3.1 Conceito. 3.2 Técnicas orçamentárias. 3.3 Princípios orçamentários. 3.4 Ciclo Orçamentário. 3.5 Classificação orçamentária: classificação institucional; funcional-programática; econômica; por fonte de recursos. 3.6 O orçamento público no Brasil. 3.6.1 Orçamento-programa. 3.6.2 Planejamento no orçamento-programa. 3.6.3 Plano Plurianual. 3.6.4 Lei de Diretrizes Orçamentárias. 3.6.5 Lei Orçamentária Anual. 3.6.6 Estrutura programática. 3.6.6 Tipos de créditos orçamentários. 3.6.7 Créditos ordinários e adicionais. 4 Programação e execução orçamentária e financeira. 4.1 Descentralização orçamentária e financeira. 4.2 Acompanhamento da execução. 5 Receita pública. 5.1 Conceito. 5.2 Classificações. 5.3 Etapas e estágios. 5.4 Ingressos e receitas 6 Despesa pública. 6.1 Conceito. 6.2 Classificações. 6.3 Etapas e estágios. 6.4 Restos a pagar. 6.5 Despesas de exercícios anteriores. 6.7 Dívida flutuante e fundada. 6.8 Suprimento de fundos. 6.9 Disciplina constitucional dos precatórios 7 Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária; crédito público; dívida pública. 4 Sistema Tributário Nacional. 4.1 Limitações constitucionais ao poder de tributar. 4.2 Repartição de competências na federação brasileira. 4.3 Delegação de arrecadação. 4.4 Discriminação constitucional das rendas tributárias. 4.5 Legislação sobre o sistema tributário brasileiro. 4.6 Definição de tributo e espécies de tributos. 5 Fontes do direito tributário. 5.1 Conceito de fonte; fontes formais do direito tributário. 5.2 Legislação tributária: leis, tratados, convenções internacionais, normas complementares. Código Tributário Nacional. 5.3 Vigência da

legislação tributária. 5.4 Aplicação da legislação tributária. 5.5 Interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação principal e acessória: fato gerador; sujeitos ativo e passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; solidariedade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade por infrações. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição; lançamento; modalidades; suspensão. 7.2 Compensação, restituição, transação, remissão, prescrição e decadência. 7.3 Conversão de depósito em renda. 7.4 Consignação em pagamento. 7.5 Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. 7.6 Restituição do tributo transferido; restituição de juros e multas; correção monetária. 7.7 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 8 Competência tributária. 8.1 Não exercício da competência. 8.2 Competência residual e extraordinária. 8.3 Limitações da competência. 8.4 Princípios da legalidade e da tipicidade. 8.5 Princípio da anualidade. 8.6 Proibição de tributos interlocais. 8.7 Imunidade e isenção. 8.8 Uniformidade tributária. 8.9 Tributação das concessionárias. 8.10 Sociedades mistas e fundações. 8.11 Imunidade recíproca. 8.12 Extensão da imunidade às autarquias. 9 Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior; imposto sobre produtos industrializados (IPI); imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF). 10 Imposto de renda. 10.1 Regimes jurídicos. Regime relativo à receita estadual. 10.2 Imposto de renda pessoas jurídicas. 10.3 Imposto de renda pessoas físicas. 11 Fato gerador: taxas e preços públicos; taxas contratuais e facultativas; contribuições para a seguridade social; contribuição sobre o lucro; regime da COFINS e da CIDE; empréstimo compulsório; limitações constitucionais do empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988. 12 Administração tributária: procedimento fiscal; sigilo fiscal e prestação de informações; dívida ativa; certidões e cadastro. 13 Tribunais de Contas, Ministério Público de Contas e o controle da renúncia de receitas. Entendimentos jurisprudenciais sobre o tema. 14 Incentivos Fiscais e Subsídios. Repercussões na receita pública. Riscos à economia e ao livre comércio. Guerra fiscal. Comércio internacional. Disputas e Sanções por órgãos de regulação internacional. 15 Entendimentos dos tribunais superiores.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: 1 Direito internacional público: conceito, fontes e princípios. 2 Atos internacionais. 2.1 Tratados: validade; efeitos; ratificação; promulgação; registro, publicidade; vigência contemporânea e diferida; incorporação ao direito interno; violação; conflito entre tratado e norma de direito interno; extinção. 2.2 Convenções, acordos, ajustes e protocolos. 3 Personalidade internacional. 3.1 Estado; imunidade à jurisdição estatal; consulados e embaixadas. 3.2 Organizações internacionais: conceito; natureza jurídica; elementos caracterizadores; espécies. 3.3 População; nacionalidade; tratados multilaterais; estatuto da igualdade. 3.4 Estrangeiros: vistos; deportação, expulsão e extradição: fundamentos jurídicos; reciprocidade e controle jurisdicional. 3.5 Asilo político: conceito, natureza e disciplina. 4 Proteção internacional dos direitos humanos. 4.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos. 4.2 Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. 4.3 Mecanismos de implementação. 5 Cortes internacionais. 6 Domínio público internacional: mar; águas interiores; mar territorial; zona contígua; zona econômica; plataforma continental; alto-mar; rios internacionais. 7 Cooperação internacional: espécies e procedimentos. 8 Cooperação policial internacional. 9 Cooperação jurídica internacional em matéria penal. 10 Sistema Global de Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais 11 Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de

Migração) e suas alterações. 12 Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991 (Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas) e suas alterações. 13 Decreto nº 3.468, de 17 de maio de 2000 (Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais) e suas alterações. 14 Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004 (Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional) e suas alterações. 15 Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004 (Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea) e suas alterações. 16 Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças) e suas alterações. 17 Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção) e suas alterações. 18 Decreto nº 5.941, de 26 de outubro de 2006 (Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo) e suas alterações. 19 Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008 (Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal) e suas alterações. 20. Decreto nº 8.833, de 4 de agosto de 2016 (Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e suas alterações. 21. IAP – *International Association of Prosecutors*. Natureza. Criação. Finalidades. Membros. 22. Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Estrutura. 22.1 ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - Histórico. Estrutura. Finalidades. Atuação. Ações e recomendações nos últimos três anos. 23. ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. Orientação e planejamento de políticas públicas. 24. OMC - Organização Mundial do Comércio. Comércio internacional. Acordos internacionais. Propriedade intelectual. Livre comércio. Tarifas alfandegárias. Barreiras comerciais. Incentivos Fiscais e Subsídios. Resolução de disputas. Sanções. Agenda de Desenvolvimento de Doha. Riscos à economia e à balança comercial. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Critérios de avaliação e boas práticas em direitos fundamentais, livre concorrência, boa governança, combate à corrupção e política fiscal. Demandas relacionadas ao comércio exterior. Demandas sanitárias e consequências para a agroindústria. Demandas de *Fair Trade*. Demandas ambientais, sustentabilidade e mercados internacionais. Sanções. Riscos à economia e à balança comercial. 25. Recomendações GAFI/FATF – Natureza, Finalidade, Atuação. Membros. Recomendações. GAFILAT - Natureza, Finalidade, Atuação. Membros. Grupo Egmont - Natureza, Finalidade, Atuação. Membros. Aderência. Cooperação internacional. Integridade da administração pública. Sanções. Grau de investimento e agências de *rating*. Riscos à receita pública. 26. Diálogos de Oslo – Primeira Conferência Internacional sobre Criminalidade e Impostos. 27. COAF/UIF – Unidade de Inteligência Financeira. Atribuições. Cooperação com órgãos judiciais e administrativos. Cooperação internacional. 28. FMI – Fundo Monetário Internacional. Histórico. Finalidades. Funcionamento. Instrumentos. Intervenções em face de riscos fiscais. 29. Política Nacional de Inteligência. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016 e suas alterações. 29.1. PNI - Plano Nacional de Inteligência. 29.2. Estratégia Nacional de Inteligência. Decreto de 15 de dezembro de 2017. 29.3. SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 e suas alterações. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002 e suas alterações. 29.4. Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. 29.5. Atividade de Inteligência. Inteligência. Inteligência Policial. Inteligência tecnológica. Inteligência empresarial. Contra-inteligência. Segurança

Orgânica. Segurança Ativa. Pressupostos da atividade de inteligência. Instrumentos da atividade de inteligência. Objetivos da inteligência. Diretrizes. Dilema Segurança x Acesso – Funcionalidade. Dado x Informação x Conhecimento. Estados da mente perante a verdade.

DIREITO PENAL: 1 Introdução ao direito penal. 1.1 Conceito, caracteres e função do direito penal. 1.2 Princípios básicos do direito penal. 1.3 Relações com outros ramos do direito. 1.4 Direito penal e política criminal. 2 A lei penal. 2.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. 2.2 Lei penal no tempo e no espaço. 2.3 Imunidade. 2.4 Condições de punibilidade. 2.5 Concurso aparente de normas. 3 Teoria geral do crime. 3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. 3.2 Bem jurídico. 3.3 Tempo e lugar do crime. 3.4 Punibilidade. 3.5 Concurso de crimes e crime continuado. 4 Teoria do tipo. 4.1 Crime doloso e crime culposo. 4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. 4.3 Erro de tipo. 4.4 Classificação jurídica dos crimes. 4.5 Crimes comissivos e omissivos. 4.5.1 Omissão no âmbito da atuação de agentes públicos. 4.6 Crimes de dano e de perigo. 4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. 4.8 *Iter criminis*. 4.9 Consumação e tentativa. 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.11 Arrependimento posterior. 4.12 Crime impossível. 5 Ilícitude. 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. 6 Teoria geral da culpabilidade. 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 6.2 Princípio de culpabilidade. 6.3 Culpabilidade e pena. 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade. 6.5 Imputabilidade. 6.6 Erro de proibição. 7 Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. 8 Teoria geral da pena. 8.1 Cominação das penas. 8.2 Penas privativas de liberdade. 8.3 Penas restritivas de direitos. 8.4 Regimes de pena. 8.5 Pena pecuniária. 8.6 Medidas de segurança. 8.7 Aplicação da pena. 8.8 Elementares e circunstâncias. 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 8.10 Fins da pena. 8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena. 8.12 Efeitos da condenação. 8.13 Execução penal. 9 Extinção da punibilidade. 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas. 10 Crimes. 10.1 Crimes contra o patrimônio. 10.2 Crimes contra a propriedade imaterial. 10.3 Crimes contra a propriedade intelectual. 10.4 Crimes contra a organização do trabalho. 10.5 Crimes contra a incolumidade pública. 10.6 Crimes contra a paz pública. 10.7 Crimes contra a fé pública. 10.8 Crimes contra a administração pública. 10.9 Crimes contra as finanças públicas. 10.10 Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013 e suas alterações (Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia). 10.11 Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e suas alterações (Crimes hediondos). 10.12 Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 10.13 Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e suas alterações (Crimes de tortura). 10.14 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). 10.15 Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e suas alterações; Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e suas alterações; e Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 e suas alterações). 10.16 Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e suas alterações (Crimes falimentares). 10.17 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações (Crimes de licitações e contratos da administração pública). 10.17.1 Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações. 10.18 Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, e suas

alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal). 10.19 Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e suas alterações (Estatuto do Índio). 10.20 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 10.21 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, e suas alterações (Formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância). 10.22 Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e suas alterações (Interceptação telefônica). 10.23 Lei nº 12.037, 1º de outubro de 2009, e suas alterações (Identificação Criminal). 10.24 Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 (Lei de Crimes Cibernéticos). 10.25 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e suas alterações (Código Eleitoral). 10.26 Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações (Lei de Execução Penal). 10.27 Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e suas alterações (Lei de Imprensa) e ADPF 130. 10.28 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e suas alterações (Juizados especiais criminais). 10.29 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e suas alterações (Crimes cometidos contra a pessoa com deficiência). 10.30 Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos). 10.31 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e suas alterações (Crimes contra a ordem tributária) 10.32 Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 (Crimes contra a ordem econômica). 10.33 Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e suas alterações (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional). 10.34. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações (Lei de lavagem de dinheiro). 10.34.1. Tipologias. Persecução. Empresas e Profissões e o dever legal de reportar. Atividade notarial e registral. Doutrina da cegueira deliberada. 10.35. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e suas alterações (Lei anticorrupção) 10.36 Certificação ISO 37001 10.37 Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e suas alterações (Lei das organizações criminosas) 10.38 Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Lei anticrime) 10.39 Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 (Lei dos crimes de abuso de autoridade) 11 Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social. 1.1 Conceito e disciplina constitucional. 1.2 Princípios e objetivos. 1.3 Saúde, assistência social e previdência social. 2 Financiamento da seguridade social. 2.1 Normas constitucionais. 2.2 Contribuições sociais para custeio da seguridade social. 2.3 Contribuições da União. 2.4 Contribuições do empregador, da empresa e de entidades equiparadas. 2.5 Contribuição do empregador doméstico. 2.6 Contribuição do segurado. 2.7 Salário de contribuição: conceito, parcelas integrantes e não integrantes. 2.8 Outras receitas da seguridade social. 2.9 Arrecadação e recolhimento das contribuições. 2.10 Obrigações das empresas. 2.11 Prazos de recolhimento, juros, multa e atualização monetária. 2.12 Obrigações acessórias. 2.13 Prova da inexistência do débito. 3 Regime geral de previdência social. 3.1 Normas constitucionais. 3.2 Planos de benefícios da previdência social. 3.3 Segurados obrigatórios. 3.4 Segurados facultativos. 3.5 Aquisição, manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado. 3.6 Dependentes. 3.7 Regras gerais aplicáveis aos benefícios. 3.8 Período de carência. 3.9 Cálculo do valor do benefício. 3.10 Salário de benefício. 3.11 Renda mensal do benefício. 3.12 Reajustamento do valor do benefício. 3.13 Período básico de cálculo e fator previdenciário. 3.14 Benefícios em espécie. 3.15 Benefícios dos segurados. 3.16 Benefícios dos dependentes. 3.17 Serviços da previdência social. 3.18 Cumulação de benefícios. 3.19 Contagem recíproca de tempo de serviço. 4 Decadência e prescrição. 4.1 Decadência e prescrição para os beneficiários. 4.2 Decadência e prescrição para o INSS. 5 Crimes contra a seguridade e a previdência social. 5.1 Apropriação e sonegação

de contribuição previdenciária. 5.2 Estelionato contra o INSS. 5.3 Crimes contra a fé pública em detrimento do INSS. 5.4 Crimes contra a administração pública em detrimento do INSS. 5.5 Inserção de dados falsos em sistemas de informações. 5.6 Modificação ou alteração não autorizada em sistemas de informação. 5.7 Extinção e suspensão de punibilidade. 5.8 Constituição prévia e definitiva da contribuição previdenciária no âmbito administrativo. 6 Aspectos criminais da legislação previdenciária: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social); Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e suas alterações (Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social); Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e suas alterações (Regulamento da Previdência Social). 7 Contas públicas e a questão previdenciária. Responsabilidade fiscal. *Investment Grade*. Investimentos internacionais e desenvolvimento econômico. 8 Tribunais de Contas e o registro de atos de pessoal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO DE CONTAS: PROCESSO CIVIL: 1 Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e suas alterações (Código de Processo Civil). 2 Constituição e Processo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. 3 Normas processuais civis. 4 Jurisdição. 5 Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública e Privada. Órgãos auxiliares da justiça. Assistência judiciária. Taxas judiciárias. Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação). 6 Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações). Instauração da Arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro. Responsabilidade do Árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem. 7 Ação. Conceito, natureza, elementos e características. Condições da ação. Classificação. 8 Pressupostos processuais. 9 Preclusão. 10 Sujeitos do processo. Capacidade processual e postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores. 11 Litisconsórcio. 12 Intervenção de terceiros. 13 Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Atos processuais eletrônicos. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Vícios dos atos processuais. Nulidades. Ação declaratória de inexistência de ato processual. Distribuição e registro. Valor da causa. 14 Tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela de evidência. 15 Formação, suspensão e extinção do processo. 16 Processo de conhecimento. Procedimento comum. Disposições Gerais. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Providências preliminares e de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. 17 Provas. Teoria geral da prova. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. 18 Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Reexame necessário. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Julgamento liminar de improcedência. Liquidação. Cumprimento da sentença. 19 Procedimentos Especiais. Inventário e Partilha. Ações de Família. Procedimentos de jurisdição voluntária. Divórcio. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. 20 Processos de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução. 21 Processo nos tribunais. Ordem do processo nos tribunais.

Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade e ação rescisória. *Querela nullitatis*. 22 Recursos e meios de impugnação. Teoria geral dos recursos. Princípios. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação, agravos, embargos de declaração, embargos de divergência. Recursos nos Tribunais Superiores. Regimento interno do STJ e STF. Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e suas alterações. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overhuling*. 23 Livro Complementar. 24 Disposições finais e transitórias. 25 Mandado de segurança. 26 *Habeas Corpus*. 27 *Habeas Data*. 28 Mandado de Injunção. 29 Ação popular. 30 Ação civil pública. Processo coletivo. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. 31 Reclamação constitucional. 32 Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 33 A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual. 34 Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Usucapião extrajudicial. 35 Ação declaratória de inconstitucionalidade e constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. 36 Pedidos de suspensão de liminares e de sentenças. 37 Entendimento dos tribunais superiores. PROCESSO DE CONTAS: 1 Natureza, Competência e Jurisdição do Tribunal de Contas 2 Exercício do controle externo 3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária 4 Prestação e Tomada de Contas 5 Apreciação de atos administrativos 6 Fiscalização da gestão fiscal 6.1 Fiscalização exercida por iniciativa da Assembleia Legislativa 6.2 Apreciação de atos de admissão de pessoal, aposentadoria, transferência para a reserva, reformas e pensões 6.3 Fiscalização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres 6.4 Fiscalização da aplicação de subvenções, auxílios e contribuições 7 Decisão em processos relativos a atos administrativos, inclusive contratos 8 Inspeções e auditorias 9 Comunicação e execução das decisões 10 Contagem de prazos 11 Natureza e conteúdo do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado. 12 Apreciação de Contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado 13 Contas prestadas anualmente pelo Prefeito 14 Denúncia e Representação 15 Consulta 16 Sanções e medidas cautelares 17 Distribuição, instrução e tramitação de processos 18 Controle Interno 19 Exercício do contraditório e do direito de defesa 20 Reexame de Conselheiro 21 Revisão 22 Pedido de vista e juntada de documentos 23 Sustentação oral 24 Incidentes de inconstitucionalidade, prejudgados e súmulas de jurisprudência 25 Apresentação, apreciação e aprovação de projetos referentes ao Regimento Interno 26 Organização do Tribunal de Contas 26.1 Competência do Plenário 26.2 Competência das Câmaras 26.3 Funcionamento do Tribunal 26.4 Deliberações do Plenário e das Câmaras 26.5 Atribuições do Vice-Presidente 26.6 Atribuições do Corregedor-Geral 26.7 Atribuições do Presidente de Câmara 26.8 Auditores (Conselheiros Substitutos) 26.9 Órgãos auxiliares 27 Legislação. 27.1 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e suas alterações). 27.2 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 27.3 Regimento Interno do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (Portaria MPC nº 48/2018 e suas atualizações). 27.4 Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e suas alterações). 27.4.1 Aplicação subsidiária da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. 27.5. Aplicação subsidiária das normas de Processo Civil no processo de contas. 28 Jurisprudência aplicada dos tribunais

superiores. 29 Poder requisitório do Ministério Público de Contas. 30. Procedimento Investigativo, Monitoramento e Notificações Recomendatórias no âmbito do Ministério Público de Contas de Santa Catarina. 30.1 Portaria nº MPC 04/2020.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Direito processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 1.4 Sistemas de processo penal. 2 Inquérito policial. 2.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; *notitia criminis*; *delatio criminis*; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. 2.2 Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, e suas alterações (infrações penais de repercussão interestadual ou internacional); jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. 2.3 Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. 3 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. 4 Ação penal. 4.1 Conceito, características, espécies e condições. 4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. 5 Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. 6 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. 7 Provas. 7.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 7.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 7.3 Valoração. 7.4 Ônus da prova. 7.5 Provas ilícitas. 7.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 7.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. 8 Prisão. 8.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 8.2 Prisão em flagrante. 8.3 Prisão temporária. 8.4 Prisão preventiva. 8.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 8.6 Fiança. 9 Sentença criminal. 9.1 Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 9.2 Citação, intimação, interdição de direito. 9.3 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9.4 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal. 10 Processo criminal de crimes comuns. 11 Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e suas alterações (Crime organizado). 12 Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e suas alterações (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional). 13 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). 14 Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 15 Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e suas alterações (Crimes hediondos). 16 Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 17 Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e suas alterações (Crimes de tortura). 18 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). 19 Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e suas alterações; Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e suas alterações; e Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991). 20 Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e suas alterações (Crimes falimentares). 21 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações (Crimes nas licitações e contratos da administração pública); 22 Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, e suas alterações (Identificação criminal). 23 Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e suas alterações (Interceptação telefônica). 24 Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 e suas alterações (Lei dos crimes

de abuso de autoridade) 25 Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, e suas alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal). 26 Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e suas alterações (Código de Proteção e Defesa do Consumidor). 27 Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e suas alterações (Estatuto do Índio). 28 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 29 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e suas alterações (Código Eleitoral). 30 Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações (Lei de Execução Penal). 31 Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013 e suas alterações (Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia). 32 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, e suas alterações (Políticas públicas para a primeira infância). 33 Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 e suas alterações (Lei de Crimes Cibernéticos). 34 Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL: 1 Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. 2 Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. 3 Direito Ambiental Constitucional. Constituição Federal art. 225. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. 4 Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acréscidos. Terrenos marginais. 5 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. 6 Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. 7 Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. 8 Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. 9 Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. 10 Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas do Uso Industrial (ZUI). Zonas de Uso Estritamente Industrial (ZUEI). Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI). Zona de Uso Diversificado (ZUD). Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. 11 O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as Infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. 12 Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e suas alterações). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em

matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição. Direito ambiental internacional. Conceito. Fontes do direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e direito ambiental internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental transfronteiriço. As Organizações não governamentais (ONGs). Biopirataria. Lei 13.123/2015 – dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. 13 Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Mudança do Clima e Mercado de Carbono. 13.1 Respeito ao meio ambiente. Agroindústria na receita pública Catarinense. Questões ambientais e sanitárias. Mercados internacionais. Sustentabilidade e balança comercial. 14 Parcelamento e loteamento do solo urbano. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e suas alterações (política nacional do meio ambiente). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e suas alterações (Código Florestal). Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, e suas alterações (altera a Lei nº 14.675 de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente). 14.1 Ocupação urbana desordenada do espaço urbano. Fenômenos climáticos extremos. Riscos. Danos ao erário. 14.2 Direito à moradia. Regularização Fundiária de Interesse Social. Leis nº 11.977/2009 e Lei nº 12.424/2011 suas alterações: Aspectos atinentes à destinação de imóveis públicos às finalidades de interesse social, regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e registro imobiliário; Medida Provisória nº 2.220/2001 e suas alterações. 3.2 Direito registral imobiliário. 14.3 Parcelamento do solo urbano. Lei nº 6.766/1979 e suas alterações. Regularização fundiária urbanística. Área de Preservação Permanente (APP) urbana. 14.4 Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e suas alterações (Estatuto da Cidade). Norma geral. Objetivos. Diretrizes. Instrumentos. Gestão Democrática das Cidades. Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. Disposições Gerais. 14.5 Concessão urbanística. Conceito. Natureza jurídica. Disciplina. 14.6 Desapropriação. Conceito. Aplicações. Justa indenização. Recuperação das mais-valias urbanísticas. Processo. Procedimento Judicial e administrativo. 14.7 Proteção do Patrimônio Cultural. Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. Competências. Tombamento. Registro. Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. Função social da propriedade pública. 14.8 Tutela da Ordem Jurídico- Urbanística. Ação civil pública. Ação popular. Ações reais. Ações possessórias. Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos. Termo de Compromisso. Termo de Ajustamento de Conduta. Audiências públicas.

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Língua portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. Idioma Oficial. Língua de cultura, língua de ciência, língua Vernácula. 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2 Morfossintaxe. 1.3 Semântica. 1.4 Vocabulário. 2 Leitura e produção de textos. 2.1

Compreensão, interpretação e análise crítica de textos escritos em língua portuguesa. 2.2 Conhecimentos de linguística, literatura e estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem. Variação linguística: fatores; variação diatrópica; variação diamésica; variação Diacrônica; variação diastrática. Sociolinguística: Surgimento. Parâmetros Curriculares Nacionais. Importância. Preconceito linguístico. Gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

NOÇÕES GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO NOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, POLÍTICA INSTITUCIONAL, DEONTOLOGIA JURÍDICA E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA:

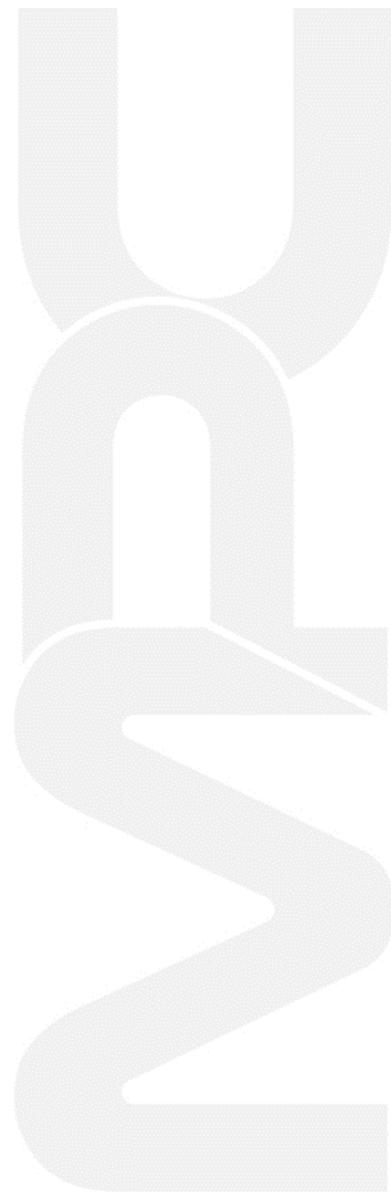
1 Introdução à sociologia da administração pública. Aspectos gerenciais da atividade pública (administração e economia). Planejamento. Organização. Execução. Controle. Gestão. Gestão de pessoas, financeira, tecnológica, materiais. Unidade de Comando. Delegação. 1.1 Sistemas inteligentes de solução de controvérsias. Tecnologias disruptivas e seus efeitos na administração e controle. Blockchain. *Smart Contracts*. Inteligência artificial. Machine learning. 2 Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. 3 Direito, Comunicação Social e opinião pública. 4 Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas de composição de litígios. 5 Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do membro do ministério público com a sociedade e a mídia. 6 Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. 7 Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. 8 O processo psicológico e a obtenção da verdade real. O comportamento de gestores, agentes públicos, testemunhas. 9 Regime jurídico do Ministério Público nacional. 9.1 Direitos e deveres funcionais do membro do Ministério Público. 9.2 Código de Ética do Ministério Público da União. 9.3 Sistemas de controle interno do Ministério Público: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional do Ministério Público. 9.4 Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos membros do Ministério Público. 9.5 Administração do Ministério Público. Planejamento estratégico. Modernização da gestão. 10 O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 11 O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. 11.1 A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável. 11.2 Direito objetivo e direito subjetivo. 11.3 Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. 12 Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 13 O conceito de Política. Política e Direito. 14 Ideologias.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1 Uso da linguagem natural. 2 Formas de discurso. 3 Falácias de ambiguidade. 4 Proposições categóricas. 5 Silogismos categóricos. 6 Diagramas de Venn

para teste de silogismos. 7 Argumentos silogísticos nas linguagens naturais. 8 Sofismas. 9 Lógica proposicional. 9.1 Linguagem da lógica proposicional. 9.2 Dedução na lógica proposicional. 10 Formas de enunciado, de raciocínio e de argumentos. 11 Paradoxos da implicação. 12 Lógica de 1ª ordem. 12.1 Linguagem da lógica de 1ª ordem. 12.2 Dedução na lógica de 1ª ordem.

CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral de Contas do MPC/SC



ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
Período para a impugnação ao edital de abertura	30/6 a 6/7/2022
Divulgação das respostas às impugnações ao edital de abertura	15/7/2022
Período para solicitação de inscrição preliminar e para solicitação de isenção de taxa de inscrição	30/6 a 29/7/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização do <i>link</i> para verificação de deferimento da foto encaminhada na inscrição e prazo para novo envio de foto que atenda às determinações do sistema	1º e 2/8/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação da relação provisória da solicitação de isenção de taxa de inscrição	5 a 7/8/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção de taxa de inscrição	6 e 7/8/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação da relação final da solicitação de isenção de taxa de inscrição	12/8/2022
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	15/8/2022
Divulgação da relação provisória dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida (ampla concorrência, como pessoa com deficiência e que se autodeclararam negros(as))	22/8/2022
Consulta à situação provisória da solicitação de atendimento especial	22 a 24/8/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição preliminar, contra o indeferimento da inscrição preliminar para concorrer como pessoa com deficiência e contra o indeferimento da solicitação de atendimento especial e para a alteração de opção de concorrência	23 a 24/8/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação da relação final dos(as) candidato(as) com a inscrição preliminar deferida (ampla concorrência, como	29/8/2022

pessoa com deficiência e que se autodeclaram negros(as))	
Consulta à situação final da solicitação de atendimento especial	29/8/2022
Período para representação da relação final de candidatos(as) inscritos(as)	30/8 a 5/9/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital que informará a disponibilização da consulta aos locais da prova objetiva	31/8/2022
Aplicação da prova objetiva	11/9/2022
Divulgação da consulta individual aos gabaritos preliminares da prova objetiva	13 a 15/9/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos quanto às questões formuladas e(ou) aos gabaritos oficiais preliminares divulgados	14 e 15/9/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva	16/9/2022
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos e do edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para a prova discursiva	5/10/2022
Aplicação da prova discursiva	23/10/2022
Divulgação do padrão preliminar de respostas da prova discursiva	25/10/2022
Prazo para a interposição de recursos contra o padrão preliminar de respostas da prova discursiva	26 e 27/10/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do edital de resultado provisório na prova discursiva	16/11/2022

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência do MPC/SC e do Cebraspe. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada por meio de edital.

** As demais datas serão informadas por meio dos editais subsequentes a serem publicados no *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina* (DOTC-e) e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mpc_sc_22_procurador.

ANEXO II

**MODELO DE LAUDO PARA A INSCRIÇÃO PRELIMINAR, PARA ATENDIMENTO ESPECIAL E
PARA A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL
(candidatos que se declararam com deficiência)**

Atesto, para fins **de participação em concurso público**, que o(a) Senhor(a) _____, **portador(a) do documento de identidade nº _____**, é considerado(a) **pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar a(s) seguinte(s) condição(ões)**

_____, CID-10 _____, que resulta(m) **no comprometimento** das seguintes **funções/funcionalidades**

_____.
Informo, ainda, a provável causa do comprometimento _____

Cidade/UF, ____ de ____ de 20__.

Assinatura e carimbo do(a) Médico(a)